

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2011

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2011

I – INTRODUÇÃO

Senhores Acionistas, nos termos legais, o Conselho de Administração da Enatur - Empresa Nacional de Turismo, SA, vem submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas reportado ao exercício económico de 2011.

II - ATIVIDADE DA ENATUR EM 2011 - ASPECTOS MAIS RELEVANTES:

Na prossecução da sua atividade ao longo do ano de 2011, a ENATUR, em cumprimento dos seus estatutos e das orientações estratégicas específicas definidas até à presente data, centrou a sua atividade na gestão do seu património próprio e ainda do Património do Estado e de outras Entidades cedido à empresa, materializado num conjunto de imóveis onde funciona a Rede das Pousadas de Portugal.

Para tanto, a ENATUR, na sua qualidade de cedente da exploração dos imóveis supra mencionados, assegurou a realização dos investimentos que se mostraram necessários para garantir a adequada manutenção do património em causa, quer no contexto da conservação dos imóveis onde já estão instalados estabelecimentos hoteleiros, quer na adaptação e transformação de imóveis de interesse público em novas unidades hoteleiras com a classificação de Pousadas.

Foi neste último contexto que o ano de 2011 ficou marcado pela assinatura, em 21 de Janeiro, do contrato da empreitada referente à adaptação do edifico do antigo Sanatório dos Ferroviários, na Covilhã, onde irá funcionar a futura Pousada da Serra da Estrela, de acordo com um projeto que esteve a cargo do Gabinete do Arquiteto Eduardo Souto de Moura. Em 2011 foram, igualmente, lançados o Concurso para o Fornecimento e Prestação de Serviços de Montagem de Equipamentos de Cozinhas, Bares e Lavandaria e o Concurso para o Fornecimento e Prestação de Serviços de Montagem de Mobiliário, Elementos e Dispositivos Decorativos, ambos referentes a este mesmo projeto.

Ainda no âmbito do alargamento da Rede de Pousadas existente, a ENATUR celebrou, em 25 de Fevereiro, um contrato com a empresa Frente Tejo, SA, através do qual esta empresa cedeu, à ENATUR, pelo prazo de 50 anos, um imóvel sito em pleno Terreiro do Paço, onde irá ser instalada, também, uma Pousada, tendo o projeto relativo a este novo estabelecimento estado em fase de apreciação junto das entidades competentes no decorrer dos meses subsequentes. Esta concessão, que vai custar à empresa 4.782.900,00 €, será liquidada em três momentos diferentes, tendo a prestação inical, no valor de 1.200.000,00 € sido liquidada 90 dias após a assinatura deste contrato, data em que também foi prestada uma garantia bancária a favor da Frente Tejo, SA, com vista assegurar os restantes pagamentos. De referir, adicionalmente, que a empresa viria a celebrar, posteriormente, um acordo de cessão de posição contratual e de cessão de exploração da referida Pousada à Grupo Pestana Pousadas, SA, empresa que se ocupará da conceção do projeto e da respetiva execução. Para garantir o financiamento desta operação, os acionistas acordaram na realização de suprimentos que cobrirão uma parte substancial do valor envolvido neste contrato, sendo o montante global previsto para os mesmos de 3.884.873 €.

O ano de 2011 fica ainda marcado pela realização de um conjunto de investimentos efetuados nos Jardins que envolvem a Pousada de Estói, inaugurada em 2009, nomeadamente, ao nível do restauro de elementos construtivos e decorativos que integram este património classificado. Este investimento beneficiou de um apoio financeiro concedido à empresa ao abrigo do Programa de Intervenção do Turismo (PIT), conforme Despacho do Sr. Secretário de Estado do Turismo de 21 de Maio de 2010, investimento que viria a ficar concluído no primeiro trimestre de 2011.
Ainda neste mesmo exercício económico, a empresa utilizou as verbas que, ao abrigo do Decreto Regulamentar 81/80 o Turismo de Portugal, ip põe à sua disposição, destinadas a assegurar a realização das obras de estrutura de que os imóveis que integram a rede carecem e que, nos termos do Contrato de Cessão de Exploração em vigor, são da responsabilidade da ENATUR.

No ano de 2011 ocorreu, também, a resolução definitiva de um acerto de contas de valor expressivo entre cedente e cessionária, referente à realização de investimentos feitas pela segunda na rede de Pousadas da ENATUR, relacionadas com obras de ampliação nos edifícios onde estão instalados os estabelecimentos hoteleiros. Apesar dos investimentos corresponderem, na sua grande maioria, ao cumprimento da obrigação prevista na cláusula 15.1.3 do CCE, viria a concluir-se que a GPP

efetuou um conjunto de investimentos excedentários, relativamente ao universo de quartos necessários para o cumprimento do designado Plano de Expansão Complementar.
A GPP apresentou, neste contexto, comprovativos da realização de investimentos com a natureza acima descrita, que num primeiro momento foram estimados em 1.980.909,91 €, valor que viria a ser submetido a um exame efetuado pela empresa que assegura a realização da auditoria externa às suas Contas, a fim de se equacionar a respetiva contabilização em momento posterior.
O Relatório assim elaborado ficou concluído em Fevereiro de 2011 e viria a certificar a realização de investimentos de ampliação em imóveis que pertencem à ENATUR ou ao Estado e outra Entidades no montante de 1.903.588,72 €, valor quer a ENATUR reconheceu nesse mesmo mês no seu passivo, em contrapartida do registo de um aumento do seu imobilizado de idêntico valor.

Por outro lado, e agora ao nível dos factos mais relevantes no âmbito da redução da Rede, recorde-se que ocorreu, em meados de 2010, o encerramento da Pousada de S. Brás do Alportel, tendo ficado a cargo da ENATUR, desde essa data, a gestão do edifício onde funcionou este estabelecimento hoteleiro. A empresa promoveu a venda deste imóvel ainda em 2010, ano em que rececionou um conjunto de manifestações de interesse na compra do edifício e promoveu a seleção de um interessado, pelo que chegou a estar equacionada a respetiva venda em 2011, negócio que, contudo, não chegaria a concretizar-se. Os custos com a manutenção deste edifício viriam, por isso, a onerar as despesas de funcionamento da empresa em 2011 com valores que não estavam previstos, situação que impediu, aliás, que a empresa cumprisse as metas que lhe foram fixadas, a par com as demais empresa de capitais públicos, em termos da redução dos chamados Fornecimentos e Serviços de Terceiros, decretada pelo Despacho nº 1315/2010, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças.

Em 2011 ocorreu, também, o encerramento definitivo da Pousada de D. Dinis, em Vila Nova de Cerveira, estabelecimento que, contudo, pertence à Direção Geral do Tesouro e das Finanças, a quem o imóvel em causa foi devolvido, situação que não gerou, por isso, quaisquer encargos para a ENATUR relacionados com a prestação de serviços adicionais.

De referir, por último, que a empresa rececionou, em 2011, o resultado de um conjunto de auditorias à qualidade do serviço prestado na sua Rede de Pousadas, dando assim cumprimento a

uma das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Cessão de Exploração nesta data em curso, relacionada com o controlo da qualidade do serviço que é prestado aos clientes da Rede de Pousadas. Este trabalho, foi realizado pela empresa SGS Portugal, SA.

Para além da preocupação com o cumprimento das suas obrigações estatutárias e das que resultam do contrato de cessão de exploração em vigor, que deram origem à realização das atividades acima mencionadas, a empresa continuou a privilegiar uma política de contenção de custos e de redução do seu passivo bancário, para onde canalizou, no ano em apreço, uma parcela importante dos meios libertos pela sua atividade, o que permitiu operar uma redução de aproximadamente 470 Mil Euros no seu nível de endividamento bancário.
O resultado atingido, por seu lado, e seguindo uma tendência que já se manifesta desde 2006, tem sinal positivo e será objeto de análise mais detalhada nos capítulos seguintes.

Neste ano assistiu-se, ainda a uma importante alteração do corpo de acionistas da empresa, materializado na venda das ações detidas pela Direção Geral do Tesouro no capital social da empresa, que representavam 20,23% do respetivo total, as quias foram adquiridas pelo Instituto de Turismo de Portugal, ip, em Junho último. Em resultado desta transferência de ações, o capital social da empresa estava, em 31.12.2011, distribuído da seguinte forma:

. Turismo de Portugal, ip	51%
. Grupo Pestana Pousadas, SA	49%

III - ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA:

III.A – BALANÇO

A análise comparativa do Balanço da empresa reportado a 31 de Dezembro de 2011 com os valores evidenciados no mesmo documento no exercício económico anterior, revela que o respetivo ativo líquido sofreu um acréscimo de aproximadamente 3,34%, ao passar de cerca de 111,7 para os 115,5 Milhões de Euros. Esta variação fica a dever-se, principalmente, (i) ao efeito combinado do lançamento, nas Contas de Balanço, do valor referente aos investimentos efetuados na futura Pousada da Covilhã ao longo deste ano, de cerca de 5,3 Milhões de Euros, (ii) ao lançamento do

valor correspondente ao contrato celebrado com a Frente Tejo, SA, já anteriormente referido, no montante 4.782.900,00 €, valor que foi contabilizado na rubrica de ativos intangíveis, contrabalançados com a redução dos montantes a receber das entidades financiadoras do projeto da Covilhã, ou seja, o POVT que é a entidade que assegura a maior parte do financiamento, e o Turismo de Portugal, com quem se celebrou um contrato de Apoio Financeiro em Outubro de 2010, através do qual a ENATUR beneficia da atribuição de um apoio financeiro de natureza não reembolsável de 5.101,005,75 €, destinados, também, à cobertura financeira parcial do projeto da instalação da Pousada da Serra da Estrela.
O mesmo Balanço revela a inscrição, na rubrica de "Ativos correntes detidos para venda", do montante correspondente ao valor líquido do imóvel onde funcionou a Pousada de S. Brás, refletindo, deste modo, o facto do respetivo processo de venda estar ainda em curso. Este valor foi alterado em 2011, passando o imóvel a estar valorizado de acordo com a última avaliação efetuada, ao invés do Balanço refletir o valor do negócio que se chegou a perspetivar, como aconteceu no final de 2010.

Ao nível do passivo, importa ter presente que o seu valor total conheceu um acréscimo significativo ao longo do ano em causa, (+ 43%), em resultado do efeito conjunto das seguintes alterações ocorridas em 2011:

a) Do reconhecimento de uma divida ao Grupo Pestana Pousadas, de 1,9 Milhões de Euros, que resulta do facto de aquela empresa ter suportado os custos com a execução de obras de ampliação, que vieram a ser imputados à ENATUR, na sequência de um processo que envolveu a conferência exaustiva desta situação por parte da empresa de auditores externos da empresa. Esta dívida viria, posteriormente, a ser convertida em suprimentos, como forma de financiar parcialmente as obrigações pecuniárias assumidas pela ENATUR no projeto do Terreiro do Paço, sem prejuízo do respetivo valor continuar a integrar, mesmo neste contexto, as rubricas do passivo.
b) Da celebração de um contrato de suprimentos, com o acionista Turismo de Portugal, IP, em 15 de Junho de 2011, no montante de 1.195.375,00 €, igualmente destinados a financiar as obrigações pecuniárias decorrentes do contrato assinado com a Frente Tejo.

c) Do lançamento, no Passivo, do valor das obrigações deste mesmo contrato que ainda se encontravam por liquidar em 31.12.2011, de 3.582.900,00 €, ou seja, as que resultam do valor acordado ao abrigo daquele contrato, deduzido da entrega inicial efetuada.

Sem prejuízo destes acréscimos, deverá ser dada relevância também à redução conseguida nos valores do passivo bancário da empresa, para onde foram canalizados, prioritariamente, meios libertos pela atividade. O ano fica também assinalado, como já se referiu, pela celebração de dois contratos de suprimentos com os acionistas da empresa, estando prevista, ainda, a celebração de um terceiro contrato durante o primeiro semestre deste ano com ao acionista Turismo de Portugal, ip, circunstância em que a estrutura de capitais alheios no final do ano de 2011, se encontrava distribuída da seguinte forma:

Unid.: €uros

Endividamento	2010	2011	Variação	Var.%
Médio e Longo Prazo				
- Bancário	96.671	48.335	(48.335)	-50,0%
- ITP, ip	0	1.672.973	1.672.973	-
- Suprimentos				
Total I	96.671	1.721.308	1.624.638	1680,6%
Curto Prazo				
- Bancário	8.542.500	8.117.500	(425.000)	-5,0%
- ITP, ip	48.335	48.335	0	0,0%
Total II	8.590.835	8.165.835	(425.000)	-4,9%
Total Geral	8.687.506	9.887.144	1.199.638	13,8%

Por último, e ao nível do Capital Próprio da empresa, há a registar um decréscimo global de 1,64 Milhões de Euros, maioritariamente explicado pela evolução que conheceu a rubrica "Outras variações do Capital Próprio", onde se reflete o lançamento correspondente à imputação parcial de subsídios registados nesta conta, que se cifrou em 1,6 Milhões de Euros. De registar, também a existência de um conjunto de regularizações de saldos com efeito direto na rubrica de Resultados Transitados, cujo montante afetou negativamente o montante do capital próprio em cerca de 1 Milhão de Euros.

O Capital Próprio conheceu também uma importante variação de sinal contrário, correspondente aos resultados líquidos atingidos neste exercício económico, de 1.126.192,77 €.

III.B – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Ao nível da Demonstração de Resultados da empresa, as rubricas cuja evolução suscita comentários são as seguintes:

Fornecimentos e Serviços Externos – Os fornecimentos e serviços externos evidenciam um decréscimo de cerca de 3% em termos comparativos com o ano imediatamente anterior, refletindo, deste modo, o esforço que foi efetuado para reduzir esta rubrica da Demonstração de Resultados, indo assim ao encontro da política preconizada para as empresas de capitais públicos em 2011, nomeadamente, através do Despacho nº 1315/2010/SETF, sem prejuízo de, como atrás se referiu, não se terem atingido integralmente as metas exigidas nesta matéria. Efetivamente, e sem prejuízo da análise dos valores que integram esta rubrica, de forma desagregada, revelar que foram conseguidas reduções significativas em items tão importantes como as consultorias, auditorias, despesas de representação e deslocações e estadias, também se operaram um conjunto de circunstâncias, no ano de 2011, que obrigaram a empresa a incorrer em custos de natureza imperativa, relacionados, essencialmente, com a manutenção do edifício onde funcionou a Pousada de S. Brás, que gera custos com água, eletricidade, manutenção, jardinagem, seguros e vigilância, entre outros. Adicionalmente, importará referir que neste mesmo ano se procedeu à emissão de uma garantia bancária prestada pelo Millennium BCP, no âmbito do projeto de instalação da pousada de Lisboa, que gerou despesas de natureza bancária elevadas, procedimento que também veio contrariar a tendência decrescente que se procurou imprimir ao conjunto das despesas que integram esta rubrica e cuja compilação deu origem ao quadro que se apresenta de seguida:

	Dez-10	Dez-11	Variação	%
Fornecimentos e serviços externos	**211.900**	**204.778**	**-7.122**	**-3,4%**
Subcontratos		0		
Serviços Especializados				
Consultorias	51.306	34.151	-17.155	-33,4%
Auditorias	11.000	7.800	-3.200	-29,1%
Outros	60.409	65.033	4.625	7,7%
Deslocações e estadias	3.143	2.477	-667	-21,2%
Eletricidade	6.027	7.046	1.020	16,9%
Combustíveis	5.122	4.980	-142	-2,8%
Água	1.640	2.239	600	36,6%
Artigos para oferta	75	0	-75	-100,0%

Rendas e alugueres	16.614	17.119	505	3,0%
Despesas de representação	2.790	1.204	-1.587	-56,9%
Comunicação	16.192	11.372	-4.820	-29,8%
Seguros	7.385	7.841	456	6,2%
Transportes	0	0	0	0,0%
Comissões	0	0	0	0,0%
Honorários	1.470	0	-1.470	-100,0%
Conservação e reparação	7.370	2.691	-4.678	-63,5%
Publicidade e propaganda	0	0	0	0,0%
Limpeza, higiene	711	1.433	723	101,7%
Vigilância e segurança	180	371	191	106,0%
Outros	20.467	39.021	18.554	90,7%

Outros Custos – Na rubrica de "outros custos" registaram-se essencialmente os movimentos de regularização ditados pelo encerramento e devolução da Pousada de Vila Nova de Cerveira, nomeadamente, os que resultam do abate de investimentos de beneficiação efetuados no edifício agora devolvido ao respetivo proprietário.

Juros e Gastos Similares suportados – Em resultado das restrições impostas pela banca à concessão de crédito às empresas em geral e ao agravamento das condições para as operações de crédito em curso, a ENATUR assistiu, em 2011, a um agravamento geral das condições praticadas pelo sistema bancário relativamente à remuneração dos créditos de que é beneficiária, que assumem a forma de contas caucionadas. Por esta razão, e sem prejuízo de se ter conseguido uma ligeira redução no respetivo saldo global ao longo do ano em curso, a ocorrência desta variação não produziu o desejado efeito de redução do valor global dos encargos financeiros suportados, tendo-se assistido, ao invés, a um substancial acréscimo dos mesmos. Adicionalmente, a empresa suportou, entre Abril e Dezembro de 2011, os custos da Comissão da Garantia Bancária prestada à Frente Tejo, no montante de cerca de 87 Mil Euros, sendo estas as principais razões que provocaram, no conjunto dos encargos com esta natureza, um acréscimo de aproximadamente 65%.

Resultado Antes de Impostos – Em virtude do ligeiro acréscimo que os "proveitos totais" evidenciam e da redução conseguida do lado das principais rubricas de custos de funcionamento, os resultados gerados pela empresa conheceram, em 2011, um acréscimo de 47%, ao passarem de 317 para 465 Mil Euros.

Resultado Líquido do Período – Em 2011, o resultado final é de 1.126.192€ em virtude de se ter adicionado ao Resultado Antes de Impostos cerca de 673 Mil Euros, provenientes de movimentos associados a impostos diferidos, nomeadamente a uma verba calculada sobre os subsídios reconhecidos como proveitos no exercício, conforme preconiza SNC.

III.C – SÍNTESE

É ao nível dos proveitos que se encontra o principal motivo que justifica o crescimento da rentabilidade da empresa apurado antes do efeito fiscal, porquanto as evoluções registadas, quer ao nível dos Proveitos Correntes, quer ao nível dos Proveitos Extraordinários, acusam variações percetíveis relativamente a idêntico período do ano transato, nomeadamente, ao nível dos Proveitos Correntes onde foram lançados acertos referente às rendas devidas pelas Pousadas que integram o chamado "plano de Expansão complementar", que vieram gerar um incremento de 5% nesta rubrica.

Os custos não financeiros, por sua vez, acusam uma redução de 16% relativamente ao ano anterior, evidenciando, desta forma, o cumprimento das regras impostas à empresa ao nível da redução da respetiva massa salarial, a que acresce o esforço que foi efetuado, também, na redução de outras despesas inerentes ao funcionamento da empresa.

Ainda assim, uma análise mais detalhada, revela que os custos associados ao financiamento da empresa não contribuíram para a melhoria registada nos Resultados agora em análise, já que o volume dos "juros e similares" cresceu bastante ao longo do período em análise, revelando, no fundo, o reflexo do acréscimo das taxas de juro do mercado bancário, já que, como acima se referiu, o volume de crédito bancário existente em 31.12.2011, conheceu um ligeiro decréscimo relativamente ao ano imediatamente anterior.

Importará referir, contudo, que o passivo remunerado da empresa (aí se incluindo empréstimos bancários e suprimentos) regista, relativamente ao ano transato, um ligeiro acréscimo em termos globais, sem prejuízo do passivo bancário propriamente dito se ter mantido inferior, ao longo de todo o 2º semestre, ao valor que o mesmo registava no início do ano de 2011.

Este ligeiro recuo contudo, num cenário em que as taxas de juro do mercado conheceram algum incremento, não foi suficiente para evitar o acréscimo substancial dos encargos suportados com juros e despesas associadas.

As Contas ficam, por último, marcadas por um indesejável crescimento da rubrica de custos onde se registam os encargos associados à emissão de uma garantia bancária que foi prestada à empresa Frente Tejo, SA, por ocasião do pagamento da 1ª tranche devida pela cedência do espaço onde vai funcionar a Pousada do Terreiro do Paço, conforme já se referiu. A ENATUR chegou a averiguar da possibilidade da referida garantia poder vir a ser cancelada por ocasião da extinção da respetiva beneficiária, a empresa Frente Tejo, SA, mas não houve consenso sobre esta matéria e a referida garantia acabou por se manter em vigor, gerando os pesados encargos que lhe estão associados.

Conclui-se por isso, e em suma, que são essencialmente os custos de natureza financeira que impedem que a empresa apresente uma melhor situação em termos de rentabilidade, sem prejuízo do esforço efetuado ao longo do ano no sentido de contrariar um pouco esta tendência, através do continuado esforço de redução do atual nível do endividamento da empresa.

De mencionar, também, que o efeito fiscal relacionado com os designados impostos sobre o rendimento do período, por serem significativamente inferiores aos do ano de 2010, acabariam por determinar que o Resultado Liquido apurado nas contas do ano findo fosse inferior ao do ano transato, sem prejuízo, como se referiu, de se verificar situação inversa com os resultados apurados antes da função fiscal.

Uma última nota para relembrar que a empresa esteve sujeita às normas que foram definidas visando a implementação do plano de Redução de Custos (PRC) para 2011, (previsto no Despacho nº 1315/2010 –SETF, de 15 de Novembro, de S. Exª. o Secretário de Estado e das Finanças) e cumpriu, neste contexto, todas as normas aí impostas para a redução da massa salarial das empresas publicas em geral. Contudo, e no que concerne às despesas que integram o grupo dos Fornecimentos e Serviços Externos, a empresa acabaria por não

conseguir assegurar a redução prevista neste tipo de custos. O desafio global, recorde-se, consistia na adoção de uma política de otimização da estrutura de custos operacionais a promover em 2011 com vista à sua redução em, pelo menos, 15% face aos custos registados em 2009, que devia concretizar-se por via da adoção, designadamente, de uma política salarial restritiva, da promoção de estruturas de gestão simplificadas e da limitação dos custos com fornecimentos e serviços externos; sem prejuízo desta última determinação ter sido implementada onde "foi possível", de mencionar o facto de ter ocorrido o encerramento da Pousada de S. Brás em 2010 e, com ela, a transferência de todos os custos inerentes à sua manutenção para a ENATUR, tais como sejam os seguros, despesas com jardinagem, contratos de água, luz e outros, despesas que não existiram em 2009 e que explicam quase integralmente o desvio positivo ocorrido entre 2009 e 2011.

IV - ARTIGO 35º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES

A Enatur cumpre o disposto no artigo referido.

V - DO GOVERNO DA SOCIEDADE

1.1. Missão, Objetivos e Política da Empresa

- Missão

1. A Sociedade tem por Missão a concessão à iniciativa privada e a supervisão da exploração dos estabelecimentos hoteleiros da Rede Pousadas de Portugal, tal como definidas na legislação aplicável, bem como:

1.1 – A conservação e recuperação de monumentos e outros edifícios de valor histórico-cultural com vista ao seu aproveitamento turístico, desde que integrados ou para integração na referida Rede;

1.2 – A prospeção e recomendação para aproveitamento turístico no contexto da Rede de Pousadas de Portugal de espaços disponíveis pertencentes ao Estado.

2. Acessoriamente, a Sociedade poderá assumir a exploração direta dos estabelecimentos hoteleiros da Rede de Pousadas de Portugal, desde que a título transitório por efeito da cessação, ainda que extemporânea, da cessão de exploração e até que nova cessão seja adjudicada no âmbito da prossecução do objeto principal.

3. A Sociedade poderá ainda participar em consórcios ou agrupamentos complementares de empresas, bem como em sociedades de objeto diferente do seu, desde que de responsabilidade limitada

- Políticas da Empresa

A Enatur procura nas suas linhas de atuação adotar as políticas mais adequadas que permitam obter os melhores resultados no cumprimento dos objetivos definidos.

Apesar da atual reduzida dimensão da Enatur, este Conselho de Administração está empenhado na adoção de políticas de governo da Empresa segundo padrões éticos, como sejam:

- 1. elevados padrões profissionais;
- 2. contribuição e envolvência dos seus colaboradores para a melhoria da atividade da Empresa;
- 3. transparência na atuação da Empresa e observância do cumprimento da lei e dos estatutos;
- 4. obtenção de bons níveis no cumprimento das obrigações fixadas no Contrato de Cessão de Exploração

1.2. Regulamentos internos e externos

Com a Cessão da atividade de Exploração, todo o ambiente operacional interno da Empresa sofreu alterações profundas, que impuseram a revisão de parte substancial das normas existentes.

As alterações mais substanciais, ocorreram ao nível da alteração dos respetivos Estatutos, o documento onde estão reduzidas a escrito a maior parte das normas que ditam as regras de funcionamento da Empresa e que sofreram uma alteração substancial em 2005.

O documento assim alterado, viria a ser publicado no Diário da República de 11.04.2005 (III Série). Neste documento, estão estipuladas as normas de funcionamento de todos os Órgãos Sociais da Empresa e as respetivas competências.

1.3. Informação sobre as transações relevantes com entidades relacionadas

Foram celebrados, em 15 de Junho, dois contratos de suprimentos com os acionistas Turismo de Portugal, ip e Grupo Pestana Pousadas, SA, o primeiro no montante de 1.195.375,00€,

integralmente realizados, e o segundo no montante de 1.903.588,00 €, tendo sido realizada uma primeira tranche de 477.598,00€ na data da respetiva assinatura. Em ambos os contratos se refere que os valores envolvidos nos mesmos têm natureza reembolsável, sendo o prazo para o efeito de 5 anos, a contar da data em que for emitida a licença de utilização para fins turísticos da Pousada de Lisboa. Os suprimentos assim contratados, vencem juros à taxa EURIBOR a 12 meses, acrescida de um *spread* de 1,5 pontos percentuais.

1.4. Informação sobre outras transações

Como se referiu antes, a aquisição de bens e serviços processa-se de acordo com normas divulgadas por toda a Empresa, procurando que as mesmas sejam realizadas segundo os princípios de economia, eficiência e eficácia, e, regra geral, todas as compras respeitam as condições de mercado. Quando aplicável, como é o caso da adaptação de edifícios e monumentos históricos a Pousadas, naturalmente subsidiada por Fundos Comunitários, nomeadamente o contrato de empreitada para a realização das correspondentes obras de construção civil, a Enatur tem respeitado o regime das empreitadas de obras públicas constante do atual Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro).

Não há fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos.

1.5. Indicação do modelo de governo e identificação dos membros do Órgão Sociais

Mandato 2007/2010 (AG de 12 de Abril de 2007)

Mesa da Assembleia-Geral

Presidente	Dr. António Carlos Nunes Carneiro
Vice-Presidente	Dra. Maria Onilda Sousa
Secretário	Dr. Nuno Queiroz de Barros

Conselho de Administração

Presidente	Eng. Rui Manuel Campos de Almeida Mota
Vogal	Dra. Maria José Martins Catarino (b)
Vogal	Dr. João Alberto Ferreira da Silva (a)
Vogal	Dr. José Manuel Castelão Costa
Vogal	Dr. Luís Manuel dos Santos Silva Patrão (b)

Fiscal Único

Efetivo	Dr. António Simões Mateus (c)
Suplente	Dra. Ana Margarida Rodrigues B. Fernandes (c)

Auditor Externo: BDO & Associados, SROC

Notas:

a) – O Dr. João Alberto Ferreira da Silva, administrador não executivo, renunciou ao cargo em Outubro de 2011, tendo o Conselho de Administração cooptado o Dr. Luís Alberto Castanheira Lopes a partir de 30 de Novembro de 2011.

b) – A Dra. Maria José Catarino e Dr. Luís Manuel dos Santos Silva Patrão, administradores não executivos, renunciaram aos cargos em 07 e em 15 de Dezembro, respetivamente.

c) – O Dr. António Simões Mateus, Fiscal Único, bem com a Drª Ana Margarida Rodrigues Barata Fernandes, suplente, renunciaram aos cargos em 01 de Setembro de 2011, tendo sido substituídos pela BDO & Associados, SROC e pela Drª Sandra Simões Valério.

1.6. Remuneração dos membros dos Órgão Sociais

Estatuto Remuneratório deliberado pela "Comissão de Fixação de Remunerações" em 29 de Agosto de 2002:

1.6.1 - Mesa Assembleia-Geral

Mandato	Presidente	Vice-Presidente	Secretário
2011	517,13	323,91	259,33

1.6.2 - Conselho Administração

	P	V. N.E.	V. N.E.	V. N.E.	V. N.E.	TOTAL
1. Remuneração						
1.1. Remuneração base/Fixa a)	50.406,2					50.406,2
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A (30/06/2010)						
1.3. Remuneração base/Fixa efetiva (1.1. - 1.2.)						
1.4. Senha de presença						
1.5. Acumulação de funções de gestão						
1.6. Remuneração variável						
1.7. IHT (isenção de horário de trabalho)						
2. Outras regalias e compensações						
2.1. Gastos na utilização de telefones	986					986
2.2. Subsídio de deslocação						
2.3. Subsídio de refeição						

2.4. Outros (identificar detalhadamente)						
3. Encargos com benefícios sociais						
3.1. Regime convencionado	9.495,4					9.495,4
3.2. Seguros de saúde	136					136
3.3. Seguros de vida						
3.4. Outros (segurança e saúde no trabalho)	190					190
4. Parque Automóvel						
4.1 Marca	Audi					
4.2 Modelo	A4					
4.3 Matrícula	61-EP-63					61-EP-63
4.4 Valor de aquisição da viatura	37.037					37.037
4.5 Ano de aquisição da viatura	2007					
4.6 Valor da renda/prestação anual da viatura de serviço	10.521					10.521
4.7 Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	2.617					2.617
4.8 Outros						
5. Informações Adicionais						
5.1.Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	n					n
5.2. Regime convencionado						
5.2.1. Segurança social (s/n)	Seg.Soc.Única					Seg.Soc.Única
5.2.2. Outro (s/n)						
5.3. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)	n					n
5.4. Outras (identificar detalhadamente)	n					n

Mapa comparativo das remunerações do Presidente

Mandato	2011	2010	2009
1. Remuneração			
1.1. Remuneração base/Fixa	50.406,2€	63.976,7€	66.535,7€
1.2. Redução da Lei 12-A (30/6/2 10)			
1.3. Acumulação de funções de gestão			
1.4. Prémios de gestão			
1.5. IHT (sub. isenção de horário de trabalho)			
2. Outras regalias e compensações			
2.1. Gastos na utilização de telefones	986€	1.944€	2.500€
2.2. Valor de aquisição/renda da viatura de serviço	10.521€	7.868€	7.868€
2.3. Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	2.617€	2.236€	2.500€
2.4. Subsídio de deslocação			
2.5. Subsídio de refeição			
2.6. Outros (identificar detalhadamente)			
3. Encargos com benefícios sociais			
3.1. Regime convencionado	9.495,4€	11.220€	11.342€
3.2. Seguros de saúde	136€	140€	130€
3.3. Seguros de vida			
3.4. Outros (seg. saúde no trab.)	190€	129€	129€

1.6.3 - Órgão de Fiscalização

- Fiscal Único recebeu em 2011 – 11.179,00€

Os valores expressos no quadro anterior, evidenciam um decréscimo significativo no valor total das despesas expressas no mesmo. Este decréscimo, só não foi conseguido na rubrica que evidencia os custos com o combustível da viatura de serviço atribuída ao Sr. Presidente do Conselho de Administração, em resultado do substancial acréscimo do preço do litro de combustivel ocorrido em 2011. O facto de ter terminado, neste mesmo ano, o contrato de aluguer de longa duração da viatura em causa e a necessidade de fazer um novo contrato em substituição do anterior, justifica o acréscimo que esta rubrica acusa.

1.7. Análise de Sustentabilidade da Empresa nos Domínios Económico, Social e Ambiental

Com a Cessão de Exploração, a Enatur - Empresa Nacional de Turismo, SA, passou a ter uma atividade diferente, de concessão à iniciativa privada e supervisão da exploração da rede de Pousadas de Portugal, assim como a conservação e recuperação de monumentos e outros edifícios de valor histórico-cultural com vista à sua adaptação a Pousada e ainda a prospeção de espaços disponíveis pertencentes ao Estado, sempre no contexto da sua integração na Rede de Pousadas de Portugal.

As contas da Enatur refletem a atividade atual da empresa, na prossecução dos objetivos que foram definidos nos seus Estatutos e pelo mandato que foi conferido ao Conselho de Administração e que, fundamentalmente, tem, como denominador comum, a "defesa do seu património e do Património do Estado cedido à Enatur".

Também tiveram como linhas orientadoras as "Orientações Estratégicas Específicas", definidas em Assembleia-geral.

Assim, os resultados apresentados nos últimos anos refletem a gestão da Enatur como entidade cedente da exploração da Rede das Pousadas de Portugal, a gestão do seu património e do que lhe está confiado e os investimentos realizados na recuperação de património público, adaptando-o a unidades hoteleiras com as características adequadas à instalação de Pousadas.

Cumpre observar que os resultados apresentados, refletindo as alterações de gestão que foram implementadas pelo Conselho de Administração, na prossecução dos objetivos definidos, mantiveram em 2011 o sinal positivo já verificado desde 2006.

Mantêm-se os princípios da contenção de custos, já implementados.

Utilizando as verbas que o Turismo de Portugal, ip põe à disposição da Enatur, ao abrigo do DR 81/80, foram realizados diversos trabalhos de conservação em Pousadas que deles necessitavam que, por força do Contrato de Cessão de Exploração, são da responsabilidade da Empresa.

Por outro lado e com a aprovação e regulamentação do QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional), a Enatur apresentou a candidatura àquele sistema para obter fundos para a realização de um projeto de instalação da futura Pousada da Serra da Estrela, que resultará da recuperação do antigo Sanatório dos Ferroviários, na Covilhã. Esta candidatura viria a ser aprovada pelos serviços do POVT – Programa Operacional Valorização do Território, tendo o respetivo contrato sido celebrado ainda no ano de 2009. Em 2011, teve início a respetiva empreitada inerente à execução desta obra.

No que diz respeito à execução do Contrato de Cessão de Exploração, a Enatur acompanhou não só as obras feitas em Pousadas da Rede, como os novos projetos de Pousadas em desenvolvimento pela Grupo Pestana Pousadas e a prestação do serviço aos clientes, tendo promovido, para o efeito, a realização de auditorias à qualidade da prestação do serviço a uma empresa externa.

1.8. Avaliação sobre o grau de cumprimento dos Princípio de Bom Governo

Os princípios do bom governo das empresas elencadas na RCM já estavam, em larga medida, implementados e em funcionamento na Enatur. Com efeito:

- Logo nos primeiros anos da sua constituição, foram definidos os procedimentos que instituíram a prática do controlo de gestão, através da elaboração de orçamentos e planos anuais (de exploração, investimentos) e de relatórios mensais, indicando os resultados alcançados e os desvios apurados, e a informação estatística. Com a Cessão de Exploração, exceto quanto à atividade de investimento, não nos parece que a economia da empresa justifique que se mantenha o sistema de controlo pormenorizado já acima mencionado.
- Relativamente à existência de sistema de controlo interno preconizado na RCM e também no diploma sobre controlo financeiro, valem as razões apresentadas no ponto acima.

1.9. Apresentação do Código de Ética

Apesar da atual reduzida dimensão da empresa, este Conselho de Administração está empenhado na adoção de princípios de governo da entidade segundo padrões éticos, como sejam: (i) a adesão a elevados padrões profissionais; (ii) avaliação da eficácia dos trabalhadores tendo em conta a sua

contribuição para a melhoria do negócio da empresa; (iii) transparência na atuação da empresa e observância do cumprimento da lei e dos estatutos; (iv) obtenção de níveis de excelência no cumprimento das obrigações da Empresa fixadas no Contrato de Cessão de Exploração.

1.10. Sistema do controlo

O sistema de controlo instituído na Empresa, é um sistema tradicional, em que, a fim de assegurar a proteção dos seus investimentos e dos seus ativos, é aprovado, anualmente, a afetação de uma verba destinada a garantir a realização de obras de manutenção das estruturas dos edifícios que integram o seu património. Foi instituído um novo mecanismo de controlo do grau de realização destes investimentos, em articulação com o acionista Turismo de Portugal, ip, que disponibiliza as verbas para este efeito, provenientes das receitas de jogo do Casino da Figueira da Foz destinadas a esta finalidade, conforme resulta do teor do Decreto Regulamentar 81/80.

Em estreita ligação com a entidade que explora, nesta data, a Rede de Pousadas, é efetuado, para o efeito, um levantamento exaustivo das necessidades de investimento nesta área e estabelecidas as respetivas prioridades, em função do plafond existente para cada ano.

Em relação aos investimentos em curso, a Enatur assegura, sempre, a contratação de empresas de fiscalização, que mantêm a empresa informada dos ritmos das obras e dos eventuais desvios que possam ocorrer em termos dos prazos de execução, da ocorrência de imprevistos, etc.

A Rede de Pousadas, com todo o seu património, e/ou as obras em curso, estão cobertas pelos adequados seguros.

1.11 Prevenção de conflitos de interesse

Pelo facto da Empresa ter, atualmente, apenas um Administrador Delegado, a autorização da realização de despesas no âmbito da prossecução da sua atividade, é efetuada em sede de Conselho de Administração, quando as mesmas não estão relacionadas com a gestão corrente da Sociedade, caso em que o Administrador Delegado tem competência para a respetiva autorização.

Os membros do Conselho de Administração não detêm, nesta data, qualquer participação direta no Capital Social da Empresa. São, contudo, eleitos em representação dos principais acionistas, ou seja, 2 representantes do Turismo de Portugal, ip, que detém 51% do Capital Social da empresa e 2 representantes do acionista Grupo Pestana Pousadas, SA (que detém 49% do Capital Social). O Presidente é eleito mediante acordo prévio entre o acionistas público e o privado.

Nenhum membro dos Órgãos da Administração ou Fiscalização declarou ter relações relevantes com fornecedores, clientes instituições financeiras ou qualquer outro parceiro de negócio suscetíveis de gerar conflitos de interesses.

1.12. Divulgação da informação

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos atualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objetivos, politicas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	X			
Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transações:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transações Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)			X	
Outras transações			X	
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e atual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama	X			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identifica dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade			X	
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transações fora das condições de mercado			X	
Transações relevantes com entidades relacionadas	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente			X	

Legenda:
S – Sim
N - Não
N.A. - Não Aplicável

2. Cumprimento das Orientações Estratégicas aprovadas

No cumprimento da Missão da Enatur são definidos Objetivos plurianuais. Na Assembleia Geral de 12 de Abril de 2007, foram aprovadas as Orientações Estratégicas Especificas para o quadriénio 2007/2010, com destaque para:

- Acompanhamento da execução do Contrato de Cessão de Exploração da Rede de Pousadas e do Plano de Expansão Complementar a propor pelo Cessionário.
- Realização de investimentos de expansão em novas Pousadas e na remodelação e ampliação das Pousadas existentes.
- Redução do endividamento bancário em 30% até 2010.

A ENATUR procurou garantir, em 2011, que a sua atividade se orientasse para o cumprimento de objetivos da mesma natureza, dado que não foram aprovadas orientações estratégicas especificas para o ano 2011 e seguintes. Foi neste contexto que se iniciou a obra de recuperação do imóvel onde será instalada a Pousada da Covilhã e se fez, também, o acordo com a Frente Tejo visando a concessão do espaço onde funcionará a futura Pousada de Lisboa.

3. Gestão do risco financeiro

O investimento em bens do ativo imobilizado tem tido sempre uma grande importância na atividade da Empresa, o qual tem sido financiado por subsídios não reembolsáveis. Contudo, porque o recebimento destes ocorre em regra posteriormente ao pagamento dos investimentos e porque a exploração não libertava os excedentes necessários ao seu financiamento, a atividade de investimento determinava a mobilização de importantes recursos alheios, nomeadamente, de empréstimos bancários.

Em virtude destes constrangimentos, verificava-se que os capitais alheios, e em particular, os de curto prazo, desempenhavam papel fulcral no financiamento da Empresa. Uma análise histórica evidencia até 31.12.2006 uma estrutura financeira desequilibrada, pois uma parcela relevante dos ativos imobilizados era financiada por capitais alheios de curto prazo, em especial, empréstimos bancários. Tal facto tinha impacto significativo nos custos financeiros suportados em cada exercício, alavancando negativamente, a rendibilidade dos capitais próprios.

Consciente do risco associado a esta estrutura de capitais, da necessidade de saneamento do passivo bancário e ainda da oscilação das taxas de juro, o Conselho de Administração decidiu, em 2006 proceder à reestruturação da dívida de curto para médio e longo prazo, pelo que celebrou em 27/12/2006 com o Millennium BCP um contrato de empréstimo de 5.000.000,00€ a longo prazo (4 anos), associando-lhe um contrato de swap de taxa de juro, que tem como valor nocional o referido empréstimo e ainda, em 19/12/2006, um empréstimo destinado à antecipação de verbas referentes aos reembolsos de IVA (2 anos). Com estas operações, a Empresa foi readquirido o equilíbrio financeiro e a cobertura do risco da taxa de juro revelou-se também eficiente na medida em que nos anos de 2007 e 2008 se obtiveram ganhos, embora se tenham apurado perdas em 2009 e 2010, determinadas por factos não controlados pela Empresa (diminuição das taxas de juro de 2008 para 2009, embora tenham aumentado de 2009 para 2010). Em 31 de Dezembro de 2011, o empréstimo de 5.000.000,00€ já se encontra integralmente amortizado.

Refira-se que o volume de endividamento bancário da empresa em 31/12/2006 era muito elevado, cerca de 17,7 M€, reduzindo – se para 8,1 ME em 31.12.2011, como se observa no quadro abaixo.

ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO 2007-2011

Unid.: €uros

Endividamento	2011	2010	2009	2008	2007
Médio e Longo Prazo	0	0	0	1.666.666	3.333.333
Curto Prazo	8.117.500	8.542.500	10.634.667	13.849.416	10.062.251
Total	8.117.500	8.542.500	10.634.667	15.516.083	13.395.584

Por outro lado, a evolução da taxa média de juro utilizada nos últimos cinco anos é a referida no quadro seguinte, sendo que em 2011 houve um grande aumento da mesma, gerando um elevado acréscimo do peso dos encargos financeiros na estrutura de custos da empresa.

TAXA MÉDIA UTILIZADA

31-12-2011	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2008	31-12-2007
6,868%	3,840%	2,999%	4,396%	5,233%

Ao nível dos juros suportados pela empresa foram os seguintes:

JUROS SUPORTADOS

Unid: €uros

31-12-2011	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2008	31-12-2007
533.013	299.281	477.138	813.323	748.427

Destes valores há que referir que uma parcela elevada dos mesmos foi capitalizada, conforme quadro seguinte:

CAPITALIZAÇÃO DE JUROS

Unid: €uros

31-12-2011	31-12-2009	31-12-2008	31-12-2007	31-12-2006
151.336	30.917	69.719	251.800	87.627

Em conclusão, verificou-se neste período uma redução do endividamento bancário, com impacto positivo na estrutura de capitais, mas que não produziu o desejado efeito no que concerne ao montante dos juros suportados e à rendibilidade dos capitais próprios.

Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO			Descrição
	S	N	N.A.	
Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento		X		
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis	X			
Diversificação de entidades credoras		X		
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			X	
Adoção de politica ativa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis		X		
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação			X	
Minimização da prestação de garantias reais			X	
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)			X	
Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa				
Adoção de política que minimize afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos	X			
Opção pelos investimentos com comprovada rendibilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP	X			
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento	X			
Inclusão nos R&C				
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos	X			
juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos	X			
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro	X			

Reflexão nas DF 2009 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira			X	

Legenda:
FC - Fundos comunitários
CP - Capital próprio
S – Sim
N – Não
N.A. - Não Aplicável

4. Prazo Médio de Pagamento (PMP)

Os valores do PMP, ao longo dos trimestres de 2011, foram de:

1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
75,6	84,3	88,0	81,1

Deve referir-se que, fundamentalmente, a maioria dos fornecedores da Enatur são entidades contratadas para a execução de trabalhos de construção civil (empreiteiros). A empresa tem, por norma, contratualizado com esses fornecedores prazos de pagamento de 60 dias. Contudo, verifica-se que os PMP registados ao longo do ano foram superiores, acréscimo que foi causado, essencialmente, por atrasos nos pagamentos efetuados pela empresa, em resultado de dificuldades acrescidas na obtenção dos meios financeiros, junto da banca, que viriam a permitir a liquidação das faturas em causa, bem como da redução, relativamente aos valores previstos, dos montantes recebidos da cessionária, provenientes das rendas.

5. Reportes à Direção Geral do Tesouro e Finanças e Inspeção Geral de Finanças

De acordo com o estipulado no Despacho 14277/2008, de 23 de Maio, a ENATUR disponibilizou, ao longo do ano de 2011, a informação prevista no mesmo à DGTF e à Inspeção Geral de Finanças, nomeadamente, referente ao orçamento anual e à sua execução, bem como o seu plano de investimentos com a identificação das fontes de financiamento associadas.

De mencionar, a este propósito, que a ENATUR ficou sujeita, ainda em 2011, a cumprimento das normas previstas no Orçamento de Estado, que respeitou aquando da respetiva elaboração no último trimestre dese ano, tendo passado a fazer parte integrante do mesmo em 01.01.2012, procedendo, em consequência, à prestação de toda a informação prevista na legislação sobre os vários tipos de reporte exigidos nesta matéria.

6. Recomendações dos Acionistas

Conforme se pode constatar nos mapas do ponto 1.6, foram respeitadas as orientações expressas em Ata da Assembleia-geral de 2010. Refira-se que a última atualização de vencimentos dos Órgãos Sociais foi feita na Assembleia-geral de 29 de Agosto de 2002.

7. Orientações sobre negociações salariais

Não se aplica este ponto aos colaboradores da Empresa. As suas remunerações não são actualizadas desde 2008.

8. Prémios de gestão

Nunca foram atribuídos prémios de gestão aos Administradores da Enatur.

9. Normas de contratação pública

Ao abrigo das disposições do D.L. 18/2008, a Enatur lançou, em 2011, dois concursos públicos, visando o fornecimento e prestação de serviços de montagem de equipamentos cozinhas, bares e lavandaria e o concurso para o fornecimento e prestação de serviços de montagem de Mobiliário, elementos e dispositivos decorativos , ambos no contexto do projeto de transformação, em Pousada, do antigo Sanatório da dos Ferroviários, situado na Covilhã.

Para tanto, a empresa seguiu as normas previstas no código da Contratação Pública, tendo-se socorrido, para o efeito, da plataforma eletrónica criada para o efeito, pela Vortal, onde toda a informação inerente a estes concursos está disponível.

10. Limites de acréscimo de endividamento

Foram respeitados os limites de endividamento da Enatur, definidos nas Orientações Estratégicas para 2007/2010, tal como descrito nos pontos anteriores.

Não foram postos em causa os limites definidos para 2010 no PE:

11. Racionalização da política de aprovisionamentos

Não se aplica à Enatur, dado a tipologia e volume das compras efetuadas

12. Artigo 12º da Lei nº 12-A/2010 de 30 de Junho

Conforme mapa do ponto 1.6.2, foram cumpridas as orientações expressa na referida Lei.

13. Artigo 17º da Lei nº 12-A/2010 de 30 de Junho

Não se aplica à Enatur, dado que nunca houve conta o IGCP, ip

VI - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O valor dos Resultados de 2011 está, entre outras razões, diretamente relacionado com as decisões que foram tomadas e que atrás foram explanadas.

Assim, o Conselho de Administração propõe que do Resultado Liquido do Exercício, positivo e no valor de € 1.126.192,77 seja transferido para Resultados Transitados o valor de € 1.069.883,13 e que seja constituída a Reserva Legal no valor de € 56.309,64.

VII - PERSPECTIVAS PARA 2012

Prosseguindo os objetivos delineados, no ano de 2012 a Empresa dará continuidade à implementação do Plano de Expansão, integrado no Contrato de Cessão de Exploração, assim como a outros investimentos ligados com Pousadas novas e à conservação das Pousadas da Rede.

Continuarão as obras da futura Pousada da Serra da Estrela, com o apoio dos Fundos Comunitários (POVT/QREN) e com a comparticipação nacional do Turismo de Portugal, ip, entre outras.

Também e na continuidade ao Plano de Expansão definido no Contrato de Cessão de Exploração, continuar-se-ão a avaliar os processos e a oportunidade para a construção e equipamento da Pousada de Peniche.

No que respeita a construção de Pousadas novas, iniciar-se-á a elaboração do projeto para a execução da futura Pousada de Lisboa, na sequência de um contrato de cedência do edifício onde atualmente se encontra o MAI, assinado com a Frente Tejo em Fevereiro de 2011.

Por outro lado, a Enatur acompanhará a execução do Contrato de Cessão de Exploração e, em colaboração com a Grupo Pestana Pousadas, não só a execução do Plano de Expansão

Complementar a propor por aquele Grupo como do Plano de Internacionalização das Pousadas de Portugal.

Paralelamente e embora o Conselho de Administração esteja convicto da não existência de imparidades, a empresa vai adjudicar serviços a uma empresa especializada, no sentido de serem efetuados testes de imparidade aos edifícios que integram o seu património, onde funcionam as Pousadas que integram a Rede da ENATUR. Estes testes, fornecerão informação sobre a bondade do valor escriturado nas contas da empresa para cada imóvel que, no âmbito dos testes em apreço, será comparado com o seu valor recuperável, conforme preconiza o Sistema de Normalização Contabilística.

VIII - AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração, expressa o seu agradecimento a todos aqueles que colaboraram na atividade desenvolvida ao longo deste exercício, nomeadamente:

- Aos Acionistas, pela confiança depositada e pelo interesse demonstrado na atividade da Empresa;
- À Mesa da Assembleia-geral, pelo apoio demonstrado;
- Ao Dr. Ferreira da Silva, Dra. Maria José Catarino e Dr. Luís Patrão pelo trabalho, apoio e dedicação demonstrados enquanto Administradores da Enatur;
- Ao Dr. Simões Mateus, pela assinalável disponibilidade e franca colaboração permanentemente manifestadas;
- Aos Colaboradores da Enatur, pelo esforço, empenho e entusiasmo revelados no exercício das respetivas funções, sem os quais não teria sido possível a continuação da inversão verificada nos resultados da Empresa;
- Ao universo dos seus Fornecedores, Prestadores de Serviços e Instituições Financeiras a atenção e apoio manifestado no exercício findo.

Lisboa, 26 de Abril de 2012

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rui Manuel Campos de Almeida Mota

(Presidente)

Frederico Freitas da Costa

(Vogal)

Luis Alberto Castanheira Lopes

(Vogal)

José Manuel Castelão Costa

(Vogal)

Carlos Manuel Sales Abade

(Vogal)

ENATUR

Enatur- Empresa Nacional de Turismo, S.A

MOEDA: EUROS

BALANÇO EM 31 de Dezembro de 2011

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2011-12-31	2010-12-31
ACTIVO			
Activos não correntes			
Activos fixos tangíveis	8	96,268,379.40	91,447,953.20
Activos intangíveis	7	4,782,900.00	30,038.14
Estado e outros entes públicos	17	0.00	0.00
Outras contas a receber	17	12,584,203.32	17,700,861.84
Outros activos financeiros	17	2,493.99	16,604.70
Activos por impostos diferidos	17	125,263.23	246,819.45
		113,763,239.94	**109,442,277.33**
Activo corrente			
Clientes		259,844.71	
Estado e outros entes públicos	17	71,112.54	20,249.46
Outras contas a receber	17	144,391.14	1,144,026.41
Diferimentos	17	48,380.51	15,773.99
Activos não correntes detidos para venda	9	700,000.00	809,361.00
Caixa e depósitos bancários	4	505,454.81	10,783.72
		1,729,183.71	**2,000,194.58**
Total do Activo		**115,492,423.65**	**111,442,471.91**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado	17	8,000,000.00	8,000,000.00
Acções (quotas) próprias			
Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais	17	122,497.18	53,914.73
Outras reservas	17	1,725,332.40	1,725,332.40
Excedentes de reavalorização	17	-343,502.50	0.00
Ajustamentos em activos financeiros	17	0.00	0.00
Outras variações no capital próprio	13/17	67,527,423.53	69,201,080.54
Resultados transitados	17	-3,745,126.67	-4,637,867.26
Resultado líquido do período	17	1,126,192.77	1,371,648.95
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		**74,412,816.71**	**75,714,109.36**
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	13	159,061.18	203,440.64
Financiamentos obtidos	17	1,672,973.00	96,670.64
Passivos por impostos diferidos	16	24,713,509.74	25,357,665.58
Outras contas a pagar	17	11,615.11	11,615.11
		26,557,159.03	**25,669,391.97**
Passivo corrente			
Fornecedores	17	2,090.64	3,384.40
Adiantamentos de clientes	17		37,452.69
Estado e outros entes públicos	17	142,112.61	137,331.59
Financiamentos obtidos	17	8,214,170.64	8,590,835.34
Outras contas a pagar	17	5,495,657.02	640,576.16
Diferimentos	17	668,417.00	649,390.40
		14,522,447.91	**10,058,970.58**
Total do passivo		**41,079,606.94**	**35,728,362.55**
Total do capital próprio e do passivo		**115,492,423.65**	**111,442,471.91**

Processado por: Gesbanha - Gestão e Contabilidade, S.A

O TÉCNICO DE CONTAS

O DIRECTOR FINANCEIRO

T. Lemos Baeta

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ENATUR

Enatur- Empresa Nacional de Turismo, S.A

MOEDA: EUROS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

PERIODO FINDO EM 31 de Dezembro de 2011

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2011-12-31	2010-12-31
Vendas e serviços prestados	12	2,792,889.83	2,658,562.32
Fornecimentos e serviços externos		-204,778.35	-211,900.21
Gastos com o pessoal		-211,241.27	-240,563.54
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	11		59,525.65
Provisões (aumentos/reduções)	13	-28,367.79	0.00
Imparidades de activos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	9/11	-142,387.40	-330,304.03
Outros rendimentos e ganhos	14/20	3,014,813.58	2,908,073.71
Outros gastos e perdas		-507,231.79	-541,299.88
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**4,713,696.81**	**4,302,094.02**
Gastos/reversões de depreciação e amortização	8	-3,779,275.85	-3,716,257.36
Resultados operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**934,420.96**	**585,836.66**
Juros e rendimentos similares obtidos	17	75.95	6.97
Juros e gastos similares suportados	10/17	-469,387.33	-268,363.70
Resultado antes de impostos		**465,109.58**	**317,479.93**
Imposto sobre o rendimento do período	16	661,083.19	1,054,169.02
Resultado líquido do período		**1,126,192.77**	**1,371,648.95**
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do periodo			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da casa-mãe			
Interesses minoritários		0.00	0.00
Resultado por acção básico		0.70	0.86

Processado por: Gesbanha - Gestão e Contabilidade, S.A

O TÉCNICO DE CONTAS

O DIRECTOR FINANCEIRO

T. Lemos Baeta

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ENATUR

Enatur- Empresa Nacional de Turismo, S.A

MOEDA: EUROS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERIODO FINDO EM 31 de Dezembro de 2011

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2011-12-31	2010-12-31
Vendas e serviços prestados	12	2,792,889.83	2,658,562.32
Custo das vendas e serviços prestados			
Resultado bruto		**2,792,889.83**	**2,658,562.32**
Outros rendimentos	14/20	3,014,813.58	2,967,599.36
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos		-4,195,295.47	-4,168,721.11
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos		-677,986.98	-871,603.91
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)		**934,420.96**	**-2,072,725.66**
Gastos de financiamento (líquidos)	10/17	-469,311.38	-268,356.73
Resultados antes dos impostos		**465,109.58**	**317,479.93**
Inposto sobre o rendimento do período	16	661,083.19	1,054,169.02
Resultado líquido do período		**1,126,192.77**	**1,371,648.95**

Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do periodo			

Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da casa-mãe			
Interesses minoritários		0.00	0.00
Resultado por acção básico		0.70	0.86

Processado por Gesbanha-Gestão e Contabilidade, S.A

O TÉCNICO DE CONTAS

O DIRECTOR FINANCEIRO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ENATUR

Enatur- Empresa Nacional de Turismo, S.A

MOEDA: EUROS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERIODO FINDO EM 31 de Dezembro de 2011

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2011-12-31	2010-12-31
Fluxos das actividades operacionais - método directo	4		
Recebimentos de clientes		3,285,933.62	3,148,809.51
Pagamentos a fornecedores		-277,790.95	-208,416.33
Pagamentos ao pessoal		-124,523.50	-150,898.60
Caixa gerada pelas operações		**2,883,619.17**	**2,789,494.58**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-18,111.57	-23,367.48
Outros recebimentos/pagamentos		-358,476.27	-542,819.53
Fluxos de caixa das actividades operacionais(1)		**2,507,031.33**	**2,223,307.57**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-8,125,208.08	-1,076,693.01
Activos intangíveis		-1,200,000.00	-21,700.44
Investimentos financeiros			
Outros activos		-1,097.72	
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			94,500.00
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos		472,500.00	
Subsídios ao investimento		6,341,270.50	1,292,500.64
Juros e rendimentos similares			6.97
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento(2)		**-2,512,535.30**	**288,614.16**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamento obtidos		8,757,444.80	4,627,188.22
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doacções			
Outras operações de financiamento			
Juros e rendimentos similares		75.95	
Outras operações de financiamento		1,672,973.00	
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamento obtidos		-9,230,780.14	-6,832,980.81
Juros e gastos similares		-486,204.31	-300,903.76
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento		-213,334.24	
Fluxos de caixa das actividades de financiamento(3)		**500,175.06**	**-2,506,696.35**
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		494,671.09	5,225.38
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		10,783.72	5,558.34
Caixa e seus equivalentes no fim do período		505,454.81	10,783.72

Processado por Gesbanha-Gestão e Contabilidade, S.A

O TÉCNICO DE CONTAS

O DIRECTOR FINANCEIRO

T. Lança Baeta

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Enatur- Empresa Nacional de Turismo, S.A

MOEDA: EUROS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2010

RUBRICAS		NOTAS	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe									Interesses minoritários	Total do capital próprio
			Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Excedentes de revalorização	Ajustamentos em activos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010	1	17	8,000,000.00	29,468.07	1,725,332.40		0.00	67,422,182.42	-5,144,963.42	1,274,802.41	73,306,821.88		73,306,821.88
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											0.00		0.00
Alterações de políticas contabilísticas											0.00		0.00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											0.00		0.00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis						-629,826.00			629,826.00		0.00		0.00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações						9,308.05					9,308.05		9,308.05
Ajustamentos por impostos diferidos						66,761.56		-641,371.43	-33,459.90	-785,869.30	-1,393,939.07		-1,393,939.07
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				24,446.66		553,756.39		2,420,269.55	-89,269.94	-488,933.11	2,420,269.55		2,420,269.55
	2		0.00	24,446.66	0.00	0.00	0.00	1,778,898.12	507,096.16	-1,274,802.41	1,035,638.53	0.00	1,035,638.53
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3									1,371,648.95	1,371,648.95		1,371,648.95
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3									96,846.54	2,407,287.48	0.00	2,407,287.48
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de capital													
Realizações de prémios de emissão													
Distribuições													
Entradas para coberturas de perdas													
Outras operações													
	5		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2010	6=1+2+3+5		8,000,000.00	53,914.73	1,725,332.40	0.00	0.00	69,201,080.54	-4,637,867.26	1,371,648.95	75,714,109.36	0.00	75,714,109.36

Processado por Gesbanha-Gestão e Contabilidade, S.A

Enatur- Empresa Nacional de Turismo, S.A

MOEDA: EUROS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2011

RUBRICAS		NOTAS	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe									Interesses minoritários	Total do capital próprio
			Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Excedentes de revalorização	Ajustamentos em activos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011	1	17	8,000,000.00	53,914.73	1,725,332.40	0.00	0.00	69,201,080.54	-4,637,867.26	1,371,648.95	75,714,109.36	0.00	75,714,109.36
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						-343,502.50					-343,502.50		-343,502.50
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis											0.00		0.00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								603,427.36			603,427.36		603,427.36
Ajustamentos por impostos diferidos				68,582.45				-2,277,084.37	892,740.59	-1,371,648.95	-2,687,410.28		-2,687,410.28
Outras alterações reconhecidas no capital próprio													
	2		0.00	68,582.45	0.00	-343,502.50	0.00	-1,673,657.01	892,740.59	-1,371,648.95	-2,427,485.42	0.00	-2,427,485.42
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3									1,126,192.77	1,126,192.77		1,126,192.77
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3									-245,456.18	-1,301,292.65	0.00	-1,301,292.65
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de capital													
Realizações de prémios de emissão													
Distribuições													
Entradas para coberturas de perdas													
Outras operações													
	5		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2011	6=1+2+3+5		8,000,000.00	122,497.18	1,725,332.40	-343,502.50	0.00	67,527,423.53	-3,745,126.67	1,126,192.77	74,412,816.71	0.00	74,412,816.71

Processado por Gesbanha-Gestão e Contabilidade, S.A

O TÉCNICO DE CONTAS

O DIRECTOR FINANCEIRO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO ÀS CONTAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1 - Designação da entidade: ENATUR – Empresa Nacional de Turismo, S.A

1.2 - Sede: Av. Santa Joana Princesa, nº 12-D – 2º andar - 1700-357 Lisboa

1.3 - Natureza da actividade:

Por efeito do Contrato de Cessão de Exploração celebrado com o Grupo Pestana Pousadas, S.A., os estatutos foram alterados passando a empresa a ter como objecto principal a concessão à iniciativa privada e a supervisão, da exploração da rede de Pousadas, a conservação e recuperação de monumentos e outros edifícios de valor histórico-cultural, a prospecção e recomendação para aproveitamento turístico, no contexto da rede de Pousadas, de espaços disponíveis do Estado.

Com a publicação do DL 151/92, a empresa assumiu a natureza de sociedade comercial, ficando por tal sujeita ao Código das Sociedades Comerciais.

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Euro.

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1 – Referencial contabilístico adoptado

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, definidas no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas, consignadas respetivamente, nos Avisos n.os 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009.

3 – PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS:

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

ATIVOS INTANGÍVEIS (NCRF 6)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao activo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos sem vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objecto de testes de imparidade anuais.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7)

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 *(data de transição para NCRF),* encontram-se registados ao seu custo ou ao custo revalorizado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem ao período de vida útil estimado.

Exceptuam-se as Pousadas com contrato de concessão em que o critério é o de repercutir as amortizações até ao final do respectivo contrato.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valia resultantes da venda ou abate do activo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos resultados nas rubricas Outros rendimentos e ganhos ou Outros gastos e perdas.

ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS (NCRF 8)

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda se o seu valor de Balanço apenas for recuperado através de uma alienação e não através do uso continuado. Os ativos têm de estar disponíveis para venda imediata nas suas condições actuais, a venda tem de ser altamente provável, a Administração/Gerência tem de estar comprometida a executar tal venda e a alienação deverá ocorrer previsivelmente num período de 12 meses.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são registados pelo mais baixo entre o seu valor de Balanço e o justo valor dos mesmos, deduzido dos gastos expectáveis com a sua venda.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na Demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (NCRF10)

Os juros de empréstimos obtidos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. A entidade considera que um activo elegível para capitalização é um activo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados.

A taxa média de capitalização utilizada no exercício foi de 5,9959% .

A política de capitalização da entidade resume-se da seguinte forma:

- A capitalização de gastos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram suportados juros com empréstimos e já se encontram em curso as actividades necessárias para preparar o activo para estar disponível para uso ou para venda;
- A capitalização é terminada quando todas as actividades necessárias para colocar o activo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas;

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES (NCRF 21)

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada Balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

O montante reconhecido de provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. A estimativa é determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO (NCRF 22)

Os subsídios governamentais, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados no Capital próprio e reconhecidos na Demonstração dos resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respectivas dos ativos subsidiados.

RÉDITO (NCRF 20)

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é constituído pelas rendas relativas ao contrato de cedência de exploração celebrado com o GPP – Grupo Pestana Pousadas, S.A. em 2003, o qual define o valor do respectivo rédito.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NCRF 25)

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor; o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respectivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando existem expectativas razoáveis de obtenção de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efectuado um recálculo desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em Capital próprio, situação em que o imposto diferido é também relevado na mesma rubrica.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCRF 27)

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.
No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As Perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.

Periodizações

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (NCRF 28)

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, ausências permitidas a curto prazo, benefícios não monetários (seguro de saúde).

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

3.2 - Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das Demonstrações financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

3.3 - Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

4 – FLUXOS DE CAIXA:

4.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31-12-2011			31-12-2010		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	500,00		500,00	500,00		500,00
	...						
	Subtotais	500,00		500,00	500,00		500,00
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	504.954,81		504.954,81	10.283,72		10.283,72
	Outros depósitos bancários						
	...						
	Subtotais	504.954,81		504.954,81	10.283,72		10.283,72
Outros equivalentes de caixa	...						
	Subtotais						
Totais		505.454,81		505.454,81	10.783,72		10.783,72

5 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

5.1 - Alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento), ou com possíveis efeitos em períodos futuros.

A empresa não alterou de forma voluntária qualquer política contabilística.

5.2 - Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos:

Não houve alterações em estimativas contabilísticas materialmente relevantes.

5.3 – Erros materiais de períodos anteriores:

Tendo-se no exercício de 2011 procedido à regularização de saldos antigos por contrapartida de contas do Capital Próprio no montante de 272.258,81 euros, por aplicação da *NCRF 4*, nomeadamente através da *§19 Aplicação retrospetiva*, a entidade ajustou o saldo de abertura de cada componente do capital próprio afetado para o período anterior mais antigo, ou seja, às rubricas afetadas na coluna de 2010 do Balanço do presente exercício, tendo-se igualmente corrigido a *Demonstração das alterações no Capital Próprio*. Pela natureza do movimento, este é considerado um erro de períodos anteriores cuja informação não estava disponível aquando das demonstrações do período imediatamente anterior. Estas alterações não têm efeito nas contas de resultados do ano de 2010, pelo que não alteram o resultado líquido desse exercício.

Ver demonstração do Capital Próprio na Nota 17

6 – PARTES RELACIONADAS

6.2 - Transacções entre partes relacionadas:

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

A parte relacionada é o Grupo Pestana Pousadas, S.A, detentora de 49% do capital social da Enatur.

b) Transacções e saldos pendentes:

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as transacções efectuadas com partes relacionadas, e os saldos pendentes são os seguintes:

(valores expressos em euros)

Transacções com as partes relacionadas		Período 2011			Período 2010		
		Vendas	Prest. Serviços	Aquisições de serviços	Vendas	Prest. Serviços	Aquisições de serviços
Empresa-mãe	...						
	Subtotais						
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a entidade	...						
	Subtotais						
Subsidiárias	...						
	Subtotais						
Associadas	...						
	Subtotais						
Empreendimentos conjuntos nos quais a entidade empreende	...						
	Subtotais						
Pessoal chave da gestão da entidade ou da entidade-mãe	...						
	Subtotais						
Outras partes relacionadas	Grupo Pestana Pousadas, S.A		2.889.456,54	2.119.287,60		2.582.111,08	49.359,34
	Subtotais		2.889.456,54	2.119.287,60		2.582.111,08	49.359,34
Totais			2.889.456,54	2.119.287,60		2.582.111,08	49.359,34

(valores expressos em euros)

Quantias dos saldos pendentes com partes relacionadas, respectivas perdas por imparidade acumuladas e gastos reconhecidos a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas		Período 2011					Período 2010				
		Saldos pendentes em 31.12.2011		Perdas por imparidade relacionadas com os saldos pendentes		Gastos de incobrabilidade reconhecidos no período	Saldos pendentes em 31.12.2010		Perdas por imparidade relacionadas com os saldos pendentes		Gastos de incobrabilidade reconhecidos no período
		Contas Cliente	Contas Fornecedor	Reforços ou reversões no período	Quantias acumuladas no fim do período		Contas Cliente	Contas Fornecedor	Reforços ou reversões no período	Quantias acumuladas no fim do período	
Empresa-mãe	...										
	Subtotais										
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a entidade	...										
	Subtotais										
Subsidiárias	...										
	Subtotais										
Associadas	...										
	Subtotais										
Empreendimentos conjuntos nos quais a entidade empreende	...										
	Subtotais										
Pessoal chave da gestão da entidade ou da entidade-mãe	...										
	Subtotais										
Outras partes relacionadas	Grupo Pestana Pousadas, S.A	335.248,46	(695.828,29)				7.301,43	(24.428,88)			
	Subtotais	335.248,46	(695.828,29)				7.301,43	(24.428,88)			
Totais		335.248,46	(695.828,29)				7.301,43	(24.428,88)			

Para além destas transações, mantém-se o contrato de prestação de serviços com o Grupo Pestana Pousadas (GPP) celebrado em 28 de Dezembro de 2010, no montante de 190.000,00 euros, com o objectivo de encarregar a GPP dos serviços inerentes ao licenciamento, coordenação das actividades inerentes à empreitada e ao acompanhamento da fiscalização dos projectos e das respectivas obras e trabalhos relativos à recuperação, conservação e adaptação do imóvel designado por "Sanatório dos Ferroviários" a Pousada.

7 – ATIVOS INTANGÍVEIS

7.1 – Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

(valores expressos em euros)

Activos intangíveis		Projectos de desenvolvimento		Programas de computador	Propriedade industrial					Activos intangíveis em curso	Totais
		Gerados internamente	Outros		Marcas comerciais	Cabeçalhos e títulos de publicações	Licenças e franquias	Receitas, fórmulas, modelos, concepções e protótipos	Copyrights, patentes e outros direitos de propriedade industrial, direitos de serviços e operacionais		
Em 31.12.2010	Quantias brutas escrituradas						30.038,14				30.038,14
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas										
	Quantias líquidas escrituradas						30.038,14				30.038,14
Adições										4.782.900,00	4.782.900,00
Revalorizações											
Transferências							(30.038,14)				(30.038,14)
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda											
Alienações, sinistros e abates											
Outras alterações											
Amortizações											
Perdas por imparidade											
Em 31.12.2011	Quantias brutas escrituradas									4.782.900,00	4.782.900,00
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas										
	Quantias líquidas escrituradas									4.782.900,00	4.782.900,00

7.2 - Quantia escriturada de cada activo intangível avaliado como tendo uma vida útil indefinida e razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida (com descrição do(s) factor(es) que desempenhou(aram) um papel significativo na determinação de que o activo tem uma vida útil indefinida).

a) Os ativos intangíveis da Enatur são compostos pelo direito de concessão da gestão e exploração de um imóvel, cujas características serão adiante descritas, e que futuramente dará origem um

estabelecimento hoteleiro do tipo "Pousada", tendo este tido uma avaliação homologada pelo Exmo. Sr.Subdirector-Geral do tesouro e Finanças, em 20 de Agosto de 2010 no valor de 4.782.900,00€.

Detendo a ENATUR o direito exclusivo legal da exploração dos estabelecimentos hoteleiros do tipo "Pousada", em face do que dispõe o artigo 11°, n°2 alínea c), do decreto-Lei n° 39/2008, de 7 de Março, celebrou esta um contrato de concessão de exploração de bem de domínio público do Estado com a entidade FRENTE TEJO, S.A.. O edifício em questão, adiante designado por IMÓVEL situa-se na zona ribeirinha da cidade de Lisboa, mais propriamente na ala oriental da Praça do Comércio, tendo sido anteriormente afeto ao Ministério da Administração Interna.
Esta concessão tem como finalidade única a instalação e exploração no IMÓVEL de um estabelecimento hoteleiro do tipo "Pousada", nomeadamente realização de obras de adaptação e remodelação e, a administração, conservação e manutenção das instalações, equipamentos e bens móveis que integram o estabelecimento.
De acordo com o n° 1 do alínea 4ª deste contrato, a ENATUR pode transmitir a terceiros, mediante cessão da posição contratual, o direito de gestão e exploração do estabelecimento que vai instalar no imóvel. Assim, a ENATUR celebrou em 3 de junho de 2011 com a GPP, um acordo de cessão da posição contratual e de cessão de exploração do referido imóvel, no qual a GPP compromete-se a realizar no imóvel que constitui objeto da Concessão as obras e benfeitorias necessárias à instalação, exploração e conservação da Pousada, ficando a seu cargo a elaboração dos competentes projectos, a solicitação e obtenção dos pareceres, autorizações ou licenças necessárias para o efeito, sempre no estrito cumprimento de todos os dispositivos legais e regulamentares em vigor, designadamente os que directamente respeitem à preservação do património classificado.

b) *LUT's – Licenças de Utilização Turística*
Em 2011 alterou-se o modo de contabilização das licenças de utilização turística (alvarás) até então consideradas como ativos intangíveis. Não cumprindo desde logo um dos critérios mínimos para ser reconhecida como um ativo intangível, nomeadamente, não cumprindo o critério de identificabilidade, as licenças não podem ser reconhecidas como tal.
Nos termos do n° *16 da NCRF 17 – Ativos Fixos Tangíveis*, um ativo fixo tangível deve ser reconhecido como ativo e inicialmente mensurado pelo seu custo, o qual compreende, entre outros (n° 17 da NCRF 17) o seu preço de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma

pretendida. Estando as licenças de utilização turística inerentes a este conceito, passaram a ser consideradas como ativo tangível, sendo amortizáveis no mesmo período de tempo da pousada onde estão alocadas.

8 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

8.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

a) Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Os ativos fixos tangíveis da Enatur estão mensurados ao custo e ao custo revalorizado deduzido das respectivas amortizações.

b) Métodos de depreciação usados;

O método de depreciação utilizado é o da amortização anual pelo método das quotas constantes, de acordo com a vida útil estimada.

Nas Pousadas com contrato de concessão as amortizações são repercutidas pelo período de vigência daquele contrato.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

As taxas de depreciação são calculadas de acordo com a vida útil estimada.

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, de acordo com o seguinte quadro:

(valores expressos em euros)

Activos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
			Terrenos	Edifícios							
Em 01.01.2010	Quantias brutas escrituradas	3.659.388,10		137.793.411,19	31.287.650,36	650.798,52	4.286.167,88		1.441.098,89	1.391.271,87	180.509.786,81
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(56.783.083,36)	(22.637.838,50)	(650.611,03)	(3.681.624,82)		(1.005.782,80)		(84.758.940,51)
	Quantias líquidas escrituradas	3.659.388,10		81.010.327,83	8.649.811,86	187,49	604.543,06		435.316,09	1.391.271,87	95.750.846,30
Adições				375.655,09			1.344,43			1.067.628,42	1.444.627,94
Revalorizações											
Transferências				756.978,38						(756.978,38)	
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda (valor bruto)		(402.270,98)		(4.241.127,64)	(1.150.711,67)		(85.140,48)		(3.190,75)	(2.756,82)	(5.885.198,54)
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda - Deprec. Acumuladas				2.994.476,63	1.038.727,85		78.891,44		3.047,19		
Alienações, sinistros e abates - valor bruto				(474.847,00)	(121.981,86)		(86.489,22)		(340,06)		(683.658,14)
Alienações, sinistros e abates - Deprec.acumuladas				244.832,05	118.108,91		59.152,51		340,06		
Outras alterações (Valor líquido Pousada Sta. Bárbara)											
Depreciações				(3.710.202,99)			(5.692,53)		(345,48)		(3.716.241,00)
Perdas por imparidade											
Em 31.12.2010 (01.01.2011)	Quantias brutas escrituradas	3.257.117,12		134.210.070,02	30.014.956,63	650.798,52	4.115.882,61		1.437.568,08	1.699.165,09	175.385.558,07
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(57.253.977,67)	(21.481.001,74)	(650.611,03)	(3.549.273,40)		(1.002.741,03)		(83.937.604,87)
	Quantias líquidas escrituradas	3.257.117,12		76.956.092,35	8.533.954,89	187,49	566.609,21		434.827,05	1.699.165,09	91.447.953,20
Adições				2.049.017,34	184.087,23		5.745,03			6.753.229,78	8.992.079,38
Revalorizações											
Transferências				1.110.707,71		109,24	(109,24)			(1.110.707,71)	
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda - Valor bruto					(814,94)						(814,94)
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda - Deprec. Acumuladas											
Alienações, sinistros e abates - Valor bruto				(859.348,59)	(685.218,42)	(6.964,25)	(47.099,82)		(14.250,86)		(1.612.881,94)
Alienações, sinistros e abates - Deprec.acumuladas				568.069,43	592.368,25	6.909,63	40.077,63		13.894,61		
Outras alterações											
Depreciações				(3.773.928,95)			(5.039,15)		(307,75)		(3.779.275,85)
Perdas por imparidade											
Em 31.12.2011	Quantias brutas escrituradas	3.257.117,12		136.510.446,48	29.513.010,50	643.943,51	4.074.418,58		1.423.317,22	7.341.687,16	182.763.940,57
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(60.459.837,19)	(20.888.633,49)	(643.701,40)	(3.514.234,92)		(989.154,17)		(86.495.561,17)
	Quantias líquidas escrituradas	3.257.117,12		76.050.609,29	8.624.377,01	242,11	560.183,66		434.163,05	7.341.687,16	96.268.379,40

8.2 - Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos.

Em 31 de Dezembro de 2011, não existe qualquer activo fixo tangível dado como garantia de passivos.

8.3 - Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis.

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 os compromissos assumidos para aquisição/construção de ativos fixos tangíveis, eram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Quantias de compromissos contratuais para aquisição de activos fixos tangíveis		Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
Período 2011	Parte dos compromissos já concretizada	1.211.619,44			6.459.295,78	7.670.915,22
	Parte dos compromissos por concretizar				9.389.857,98	9.389.857,98
	Compromissos totais assumidos	1.211.619,44			15.849.153,76	17.060.773,20
Período 2010	Parte dos compromissos já concretizada	209.222,62			298.740,74	507.963,36
	Parte dos compromissos por concretizar	59.514,11			649.672,82	709.186,93
	Compromissos totais assumidos	268.736,73			948.413,56	1.217.150,29

8.4 - Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos, durante um período:

(valores expressos em euros)

Depreciações reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros activos		Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Totais
Período 2011	Depreciações reconhecidas nos resultados	3.773.928,95			5.039,15		307,75	3.779.275,85
	Depreciações que integram o custo de outros activos							
Período 2010	Depreciações reconhecidas nos resultados	3.710.219,35			5.692,53		345,48	3.716.257,36
	Depreciações que integram o custo de outros activos							

8.5 - Depreciação acumulada no final do período.

(valores expressos em euros)

Depreciações de activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Totais
Acumuladas em 31.12.2010	57.253.977,67	21.481.001,74	650.611,03	3.549.273,40		1.002.741,03	83.937.604,87
Reforços	3.773.928,95			5.039,15		307,75	3.779.275,85
Reversões							
Revalorizações							
Transferências			54,62	(54,62)			
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda							
Alienações							
Sinistros							
Abates	(568.069,43)	(592.368,25)	(6.964,25)	(40.023,01)		(13.894,61)	(1.221.319,55)
Outras alterações							
Acumuladas em 31.12.2011	60.459.837,19	20.888.633,49	643.701,40	3.514.234,92		989.154,17	86.495.561,17

8.6 - Para os itens do activo fixo tangível expressos por quantias revalorizadas:

a) Data de eficácia da revalorização;

b) Recurso a avaliador independente;

c) Métodos e pressupostos significativos aplicados na estimativa do justo valor dos itens;

d) Medida em que o justo valor dos itens foi determinado directamente por referência a preços observáveis num mercado activo ou em transacções de mercado recentes numa base de não relacionamento entre as partes ou foi estimado usando outras técnicas de valorização;

As Reavaliações do activo fixo tangível foram baseadas nos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei nº 430/78, de 27 de Dezembro;

Decreto-Lei nº 278/85, de 19 de Julho

Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio;

Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de Abril;

Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro;

Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro;

Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro.

Ativos fixos tangíveis implantados em propriedade alheia líquidos de amortizações:

(valores expressos em euros)

Discriminação	Período 2011	Período 2010
Edifícios	55.824.288,75	57.861.855,41
Outras Construções	3.270.509,43	3.190.758,54
Instalações Fixas	2.467.103,75	2.626.674,67
Benfeitorias e Grandes Reparações	2.434.692,59	1.644.764,62
Licenças Utilização Turística	25.819,78	0,00
Totais	**64.022.414,30**	**65.324.053,24**

Embora o Conselho de Administração esteja convicto da não existência de imparidades, a empresa vai adjudicar a uma empresa especializada serviços no sentido de serem efetuadas avaliações das Pousadas que integram a Rede da ENATUR. Estes testes fornecerão informação sobre a bondade do valor escriturado nas contas da empresa para cada imóvel que, no âmbito das avaliações em apreço, será comparado com o seu valor recuperável, conforme preconiza o Sistema de Normalização Contabilística.

A Enatur adotou o valor de custo como critério valorimétrico dos seus ativos fixos tangíveis. Alguns destes ativos foram reavaliados ao longo dos exercícios anteriores, ao abrigo dos vários diplomas legais. Em 2010, a Enatur assumiu esse novo valor como custo considerado na data de transição, conforme disposto na NCRF 3. De acordo com o referencial contabilístico a empresa concluiu não haver indicações de que os ativos fixos tangíveis estavam com imparidade (excedente da quantia escriturada do ativo, ou de uma unidade geradora de caixa, em relação á sua quantia recuperável, que é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso). Deste modo, não se efetuou qualquer estimativa da quantia recuperável dos ativos, pois não tomámos conhecimento de que:

(a) o seu valor de mercado diminuiu mais do que seria esperado pelo uso normal e pelo decurso do tempo;

(b) se verificaram ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações no ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal, que poderão ter impacto significativo na empresa;

(c) não há evidência de obsolescência ou dano físico dos ativos;

(d) e não esperamos, nem temos planos para, alterar o modo de uso dos ativos que possa afetar de forma adversa a performance da empresa;

(e) o desempenho económico destes bens é, ou será, pior do que o esperado.

Por outro lado, os investimentos em ativos fixos tangíveis nos últimos 5 anos ascendem a cerca de 50 milhões de euros, o que constitui uma parcela relevante do valor total de tais ativos, pelo que se pode presumir com razoável segurança que a quantia escriturada não se afastará da quantia recuperável.

9 – ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS:

9.1 - Desdobramento das principais classes de ativos e passivos classificados como detidos para venda:

(valores expressos em euros)

Desdobramento das principais classes de activos e de passivos classificados como detidos para venda		Período 2011			Período 2010		
		Activos detidos para venda	Alienações	Totais	Activos detidos para venda	Alienações	Totais
Activos	Terrenos e recursos naturais	194.445,47		194.445,47	402.270,98	(207.825,51)	194.445,47
	Edifícios e outras construções	909.148,03		909.148,03	4.243.884,46	(340.259,80)	3.903.624,66
	Equipamento básico	29.671,92		29.671,92	1.150.711,87	(83.127,04)	1.067.584,83
	Equipamento transporte						
	Equipamento administrativo	722,11		722,11	85.140,48	(5.526,93)	79.613,55
	Outros activos fixos tangíveis	131,44		131,44	3.190,75	(12,12)	3.178,63
	Despesas de venda	24.461,75		24.461,75	6.361,00		6.361,00
	Totais	1.158.580,72		1.158.580,72	5.891.559,54	(636.751,40)	5.254.808,14
Passivos	...						
	...						
	Totais						
Diferença entre os activos e os passivos		1.158.580,72		1.158.580,72	5.891.559,54	(636.751,40)	5.254.808,14

9.2 - Ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda, ou vendidos, no período:

a) Descrição dos ativos não correntes (ou grupos para alienação):

Durante o exercício de 2011 temos classificada em ativos não correntes detidos para venda, a Pousada de S. Brás.

b) Descrição dos factos e circunstâncias da venda, ou que conduziram à alienação esperada:

(i) Em meados de 2010, no âmbito da redução da Rede de Pousadas, assistiu-se, ao encerramento da Pousada S. Brás de Alportel, propriedade da ENATUR. Por decisão do Conselho de Administração de Junho foi deliberado dar início ao processo de alienação. Neste sentido foi feita a oportuna promoção da venda deste imóvel, que acabaria por dar origem a um conjunto de manifestações de interesse na compra do edifício e na selecção de um interessado, tendo estado prevista a realização da respectiva escritura no decorrer do 1º semestre de 2011. Entretanto a efetivação desta escritura não se verificou, estando a pousada escriturada pelo valor de mercado obtido através da avaliação patrimonial solicitada pela Enatur.

O período temporal de um ano inicialmente considerado como previsão para a conclusão da venda da Pousada foi ultrapassado, no entanto, e, de acordo com o parágrafo 9 da NCRF 8, "*Os acontecimentos ou circunstâncias podem prolongar o período para concluir a venda para lá de um ano... não exclui que um ativo seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo da entidade e se houver prova suficiente de que a entidade continua comprometida com o seu plano de vender o ativo.*" .

A data prevista para a conclusão da venda não se concretizou pelo facto do potencial comprador ter desistido da compra do imóvel.

Assim, o ativo continua a estar disponível para venda imediata na sua condição presente, tendo surgido vários interessados tendo estes, inclusive visitado o imóvel, aguardando-se novas propostas, esperando-se a muito curto prazo uma resolução favorável dos factos que inicialmente condicionaram o atraso.

a) Perdas ou ganhos reconhecidos, relacionados com imparidade ou suas reversões (quantia e item da demonstração dos resultados que os inclui):

(valores expressos em euros)

Perdas ou (ganhos) de imparidade relacionadas com os activos não correntes detidos para venda		Activos não correntes classificados no período como detidos para venda							Activos não correntes detidos para venda alienados no período			Totais
		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Despesas de venda	Totais	...	...	Totais	
Acumuladas em 31.12.2010		56.671,57	264.973,25	8.410,43	210,46	38,32		330.304,03				330.304,03
Reforços		21.337,29	99.764,50	3.292,80	79,24	14,42	3.788,43	128.276,69				128.276,69
Reversões												
Transferências												
Alienações												
Sinistros												
Abates												
Outras alterações												
Acumuladas em 31.12.2011		78.008,86	364.737,75	11.703,23	289,70	52,74	3.788,43	458.580,72				458.580,72
Linhas da demonstração dos resultados que incluem os reforços e as reversões das perdas de imparidade	Demonstração dos resultados por naturezas	Imparidades de activos não depreciáveis										
	Demonstração dos resultados por funções	Outros gastos										

10 – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS:

10.1 - Política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos.

Os juros de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Para maior detalhe sobre a política contabilística adoptada consultar o ponto 3 deste anexo.

10.2 - Quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período.

(valores expressos em euros)

Quantias de custos de empréstimos obtidos capitalizadas durante o período		Período 2011	Período 2010	Períodos anteriores	Totais
Activos fixos tangíveis em curso	Pousada da Covilhã	126.369,19	24.575,15		150.944,34
	Pousada de Sta. Marinha	6.131,92	474,94		6.606,86
	Pousada do Castelo		2.177,57		2.177,57
	Pousada de S.Filipe	624,03			
	Pousada de Palmela	1.680,35			
	Pousada do Alvito	1.983,35			
	Pousada Nª. Sra. De Oliveira		708,78		708,78
	Palácio de Estoi	9.100,03	1.999,28		11.099,31
	Pousada da Ria	1.453,49	303,08		1.756,57
	Pousada de S. Francisco	3.626,06	678,54		4.304,60
	Pousada de Ourém	367,98			367,98
	Outras (anos anteriores)			2.766.928,14	2.766.928,14
	Subtotais	151.336,40	30.917,34	2.766.928,14	2.949.181,88
Totais		151.336,40	30.917,34	2.766.928,14	2.949.181,88

10.3 - Taxa de capitalização usada para determinar a quantia do custo dos empréstimos obtidos elegíveis para capitalização.

Durante este exercício os juros de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos capitalizados como parte do custo desses ativos, foram determinados pela taxa média mensal utilizada, que resultou na taxa média anual de 5,9959%.

11 – IMPARIDADE DE ATIVOS:

11.1 - Para cada classe de ativos:

a) Quantia de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período (com indicação das linhas de itens da demonstração dos resultados em que essas perdas por imparidade estão incluídas);

No exercício de 2011 foram reconhecidos os seguintes valores:

(valores expressos em euros)

Quantias das perdas por imparidade e respectivas reversões reconhecidas durante o período			Activos fixos tangíveis	Propriedades de investimento	Activos intangíveis	Investimentos financeiros	Investimentos em curso	Inventários	Clientes	Outros devedores	Activos não correntes detidos para venda	Totais
Período 2011	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos				14.110,71					128.276,69	142.387,40
		Reversões										
		Totais				14.110,71					128.276,69	142.387,40
	Perdas por imparidade em activos revalorizados reconhecidas no capital próprio	Aumentos										
		Reversões										
		Totais										
Período 2010	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos									330.304,03	330.304,03
		Reversões										
		Totais									330.304,03	330.304,03
	Perdas por imparidade em activos revalorizados reconhecidas no capital próprio	Aumentos										
		Reversões										
		Totais										

Quadro síntese entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de ativos:

(valores expressos em euros)

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de activos sujeitos a perdas de imparidade	Período 2011				Período 2010			
	Quantias brutas	Depreciações e amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Depreciações e amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Activos fixos tangíveis								
Propriedades de investimento								
Activos intangíveis								
Investimentos financeiros	16.604,70		(14.110,71)	2.493,99				
Investimentos em curso								
Inventários								
Clientes	281.548,35		(21.703,64)	259.844,71	21.703,64		(21.703,64)	
Outros devedores	9.177.277,90		(64.315,37)	9.112.962,53	19.163.647,31		(64.315,37)	19.099.331,94
Activos não correntes detidos para venda	1.158.580,72		(458.580,72)	700.000,00	1.139.665,03		(330.304,03)	809.361,00
Outros activos								
Totais	10.634.011,67		(558.710,44)	10.075.301,23	20.325.015,98		(416.323,04)	19.908.692,94

11.2 - Por cada perda material por imparidade reconhecida ou revertida durante o período para um activo individual (incluindo goodwill), ou para uma unidade geradora de caixa:

a) Acontecimentos e circunstâncias que conduziram ao reconhecimento ou reversão de perda por imparidade;

Uma vez que estando a pousada escriturada no inicio do ano pela melhor oferta e, na ausência de propostas concretas de eventuais interessados, está o imóvel avaliado pelo valor de

mercado obtido através de avaliação patrimonial solicitada pela Enatur (€700.000,00), resultando uma imparidade em 2011 que foi reconhecida nos resultados do exercício.

b) Quantia de perda por imparidade reconhecida ou revertida;

Ver mapas anteriores.

c) Natureza do activo;

Ver mapas anteriores.

e) Indicação sobre se a quantia recuperável do activo (unidade geradora de caixa) é o seu justo valor menos os gastos de vender ou o seu valor de uso;

i) Base usada para determinar o justo valor menos os gastos de vender (tal como, se o justo valor foi determinado por referência a um mercado activo);

Ver alínea a)

12 – RÉDITO

12.1 - Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços.

Ver Nota 3

12.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

b) Prestação de serviços;

O rédito reconhecido no exercício findo a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, apresenta a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2011			Período 2010		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens						
Prestação de serviços	2.792.889,83	100,00%	5,05%	2.658.562,32	100,00%	13,03%
Juros						
Royalties						
Dividendos						
Totais	2.792.889,83	100,00%	5,05%	2.658.562,32	100,00%	13,03%

13 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

13.1 - Divulgações para cada classe de provisão:

a) Quantia escriturada no começo e no fim do período;

b) Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes;

c) Quantias usadas (incorridas e debitadas à provisão) durante o período;

d) Quantias não usadas revertidas durante o período;

e) Aumento durante o período na quantia descontada proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer alteração na taxa de desconto.

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, verificaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

(valores expressos em euros)

Provisões		Impostos	Garantias a clientes	Processos judiciais em curso	Acidentes de trabalho e doenças profissionais	Matérias ambientais	Contratos onerosos	Reestruturação	Outras provisões	Totais
Acumuladas em 01.01.2010				128.274,07					75.166,57	203.440,64
Aumentos	Por reforço de provisões já reconhecidas em períodos anteriores									
	Por novas provisões									
Reduções	Quantias usadas no período por ocorrência das situações provisionadas									
	Quantias revertidas no período									
Variações decorrentes do desconto para o valor presente	Aumentos nas quantias descontadas provenientes da passagem do tempo									
	Efeito de alterações na taxa de desconto para o valor presente									
Acumuladas em 31.12.2010				128.274,07					75.166,57	203.440,64
Aumentos	Por reforço de provisões já reconhecidas em períodos anteriores			30.787,11						30.787,11
	Por novas provisões									
Reduções	Quantias usadas no período por ocorrência das situações provisionadas									
	Quantias revertidas no período								(75.166,57)	(75.166,57)
Variações decorrentes do desconto para o valor presente	Aumentos nas quantias descontadas provenientes da passagem do tempo									
	Efeito de alterações na taxa de desconto para o valor presente									
Acumuladas em 31.12.2011				159.061,18						159.061,18

Processos judiciais em curso

As provisões para processos judiciais em curso são constituídas de acordo com as avaliações de risco efectuadas pela Entidade e pelos seus advogados, destinando-se a provisão existente em 31 de Dezembro de 2011, a fazer face a diversos processos judiciais intentados contra a Enatur.

14 – SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

14.1 - Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras.

Estes subsídios, destinados ao investimento, encontram-se a ser reconhecidos em resultados, conforme Nota 3, de acordo com o período de vida útil dos ativos tangíveis respetivos, tendo sido reconhecido no exercício de 2011 o montante de 2.840.907,83 euros (dois milhões, oitocentos e quarenta mil, novecentos e sete euros e oitenta e três cêntimos).

O montante de 12.515.241,06 euros, de subsídios por receber, que se encontra registado na rubrica de Outros devedores e credores é relativo a:

- POVT (Pousada Porta dos Hermínios) 9.964.738,19 Euros
- Turismo de Portugal, IP (Pousada Porta dos Hermínios) 2.550.502,87 Euros

14.2 - Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que directamente se beneficiou.

Em 31 de Dezembro de 2011, os valores reconhecidos nos resultados e nos capitais próprios eram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			Período N		
			Demonstração dos resultados	Balanço	
			Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em resultados do período	Quantias reconhecidas no capital próprio
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com activos	Verbas de Jogo	270.923,04	270.923,04	9.514.089,35
		Prodiatec	180.937,32	180.937,32	1.862.370,00
		Feder/OIDNA	38.345,76	38.345,76	348.349,06
		PDR	1.387.581,01	1.387.581,01	27.535.816,16
		Prodiatec a realizar	28.969,80	28.969,80	578.867,71
		QCA III	921.743,98	921.743,98	33.820.359,67
		PIT - Jardins P.Estói	12.406,92	12.406,92	460.877,91
		POVT (Pousada Covilhã)			12.593.893,83
		TURISMO de PORTUGAL (Pousada Covilhã)			5.101.005,75
		Subtotais	2.840.907,83	2.840.907,83	91.815.629,44
Totais			2.840.907,83	2.840.907,83	91.815.629,44

15 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

15.1 – Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de dia 6 de Março de 2011.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data;

Nos termos do art.º 68 do Código das Sociedades Comerciais, os accionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a respectiva data de emissão.

16 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 25%, que pode ser incrementada até um máximo 1,5% pela Derrama, resultando numa taxa agregada máxima de 26,5%.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Entidade encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade dos anos de N-4 a N poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da Enatur entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010.

16.1 - Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos:

a) Gasto (rendimento) por impostos correntes;

b) Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores;

c) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias;

d) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com alterações nas taxas de tributação ou com o lançamento de novos impostos;

e) Quantia de benefícios provenientes de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por impostos ou de diferença temporária de um período anterior usada para reduzir gasto de impostos correntes;

f) Quantia dos benefícios de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por impostos ou de diferenças temporárias de um período anterior usada para reduzir gastos de impostos diferidos;

g) Gasto por impostos diferidos provenientes de uma redução, ou reversão de uma diminuição anterior, de um activo por impostos diferidos;

h) Quantia do gasto (rendimento) de imposto relativo às alterações nas políticas contabilísticas e nos erros que estão incluídas nos resultados porque não podem ser contabilizadas retrospectivamente.

(valores expressos em euros)

Quantias dos principais componentes de (gasto)/rendimento de impostos				Período 2011			Período 2010		
				Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio	Totais	Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio	Totais
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores			1						
Imposto sobre o rendimento do período	Imposto corrente		2	(11.917,48)		(11.917,48)	(11.979,63)		(11.979,63)
	(Gastos)/ rendimentos por impostos diferidos	De diferenças temporárias		673.000,67		673.000,67	1.066.148,65		1.066.148,65
		De alterações nas taxas de tributação ou de novos impostos							
		De alterações nas políticas contabilísticas e nos erros não contabilizadas retrospectivamente							
		Da (redução)/reversão de uma diminuição anterior de activos por impostos diferidos							
		Benefícios de perdas fiscais não reconhecidas anteriormente, de créditos por impostos ou de diferenças temporárias de um período anterior	Usados para reduzir gastos de impostos correntes						
			Usadas para reduzir gastos de impostos diferidos						
	Imposto diferido		3	673.000,67		673.000,67	1.066.148,65		1.066.148,65
	Imposto sobre o rendimento do período		4=2+3	661.083,19		661.083,19	1.054.169,02		1.054.169,02
Totais			5=1+4	661.083,19		661.083,19	1.054.169,02		1.054.169,02

16.2 - Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico (em uma ou em ambas das seguintes formas):

a) Reconciliação numérica entre gasto (rendimento) de impostos e o produto de lucro contabilístico multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis) e indicação da base pela qual a taxa(s) de imposto aplicável(eis) é (são) calculada(s); ou

b) Reconciliação numérica entre a taxa média efectiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável.

(valores expressos em euros)

Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos				Base	Imposto	Período 2011 Base	Taxa	Imposto	Período 2010 Base	Taxa	Imposto
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis)	Resultado líquido do período			1	-	1.126.192,77			1.371.648,95		
	Gastos/(rendimentos) de impostos			2	-	(661.083,19)			(1.054.169,02)		
	Resultado antes de impostos			3 = 1 + 2	3	465.109,58	25,00%	116.277,40	317.479,93	25,00%	79.369,98
Ajustamentos para o lucro tributável	Diferenças definitivas	A acrescer	...	4		700.570,61	25,00%	175.142,65	919.882,00	25,00%	229.970,50
		A deduzir	...	5		(659.473,40)	25,00%	(164.868,35)	(624.608,59)	25,00%	(156.152,15)
	Diferenças temporárias	A acrescer	...	6							
		A deduzir	...	7							
Lucro/(Prejuízo fiscal)				8 = 3 + 4 - 5 + 6 - 7		506.206,79	25,00%	126.551,70	612.753,34	25,00%	153.188,34
Dedução de perdas fiscais				9		(506.206,79)	25,00%	(126.551,70)	(612.753,34)	25,00%	(153.188,34)
Matéria colectável / colecta				10 = 8 - 9		(0,00)	25,00%	(0,00)			
Benefícios fiscais por dedução à colecta			...	11							
Outras componentes do imposto			Tributação autónoma	12		22.223,79	19,46%	4.324,38	27.575,48	10,11%	2.788,33
			Derrama	12		506.206,79	1,50%	7.593,10	612.753,34	1,50%	9.191,30
			...	12							
	Imposto corrente			3	13 = 10 - 11 + 12	465.109,58	2,56%	11.917,48	317.479,93	3,77%	11.979,63
	Imposto diferido (Taxa 26,5%)			Δ dos activos e dos passivos diferidos	14	(2.503.559,76)	26,88%	(673.000,67)	(4.059.267,87)	26,26%	(1.066.148,65)
	Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores			-	15						
Gastos/(rendimentos) de impostos e taxa efectiva média				3	16 = 13 - 14 - 15	465.109,58	(142,13%)	(661.083,19)	317.479,93	(332,04%)	(1.054.169,02)

16.3 - Explicação de alterações na taxa(s) de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior.

Apenas existem alterações nas taxas relativamente ao período anterior por agravamento na taxa média da tributação autónoma.

16.4 - Por cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados:

a) Quantia de ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no Balanço para cada período apresentado;

b) Quantia de rendimentos ou gastos por impostos diferidos reconhecidos na demonstração dos resultados (se tal não for evidente das alterações das quantias reconhecidas no Balanço).

(valores expressos em euros)

Quantias de activos e de passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço e correspondentes movimentos ocorridos durante o período			Período 2011				Período 2010			
			Saldo no começo do período	Movimentos do período via		Saldo no fim do período	Saldo no começo do período	Movimentos do período via		Saldo no fim do período
				Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio			Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio	
Activos por impostos diferidos	Provenientes de perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados	Prejuízos fiscais 2007	159.288,88	(159.288,88)				159.288,88		159.288,88
		Imparidade activos detidos para venda	87.530,57	37.732,66		125.263,23		87.530,57		87.530,57
		...								
		...								
	Provenientes de diferenças temporárias dedutíveis	...								
		...								
		...								
		...								
		Totais	246.819,45	(121.556,22)		125.263,23		246.819,45		246.819,45
Passivos por impostos diferidos	Provenientes de diferenças temporárias tributáveis	Revalorização activos fixos tangíveis	423.096,42	(40.728,48)		382.367,94	499.166,03	(66.761,56)	(9.308,05)	423.096,42
		Subsídios	24.934.569,16	(753.828,41)	150.401,05	24.331.141,80		(752.567,64)	25.687.136,80	24.934.569,16
		...								
		...								
		Totais	25.357.665,58	(794.556,89)	150.401,05	24.713.509,74	499.166,03	(819.329,20)	25.677.828,75	25.357.665,58

17 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contabilísticas

17.1 - Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Ver Nota 3

Categorias de ativos e passivos financeiros

17.2 - Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

Clientes/Fornecedores/Accionistas/Estado/Outras contas a receber e a pagar/ Pessoal / Diferimentos/Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, estas rubricas apresentavam a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de activos financeiros e passivos financeiros			31.12.2011			31.12.2010		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Activos financeiros	Activos financeiros ao justo valor por contrapartida em resultados	...						
		...						
		Subtotais						
	Activos financeiros ao custo menos imparidade	Clientes	281.548,35	(21.703,64)	259.844,71	21.703,64	(21.703,64)	
		Estado	71.112,54		71.112,54	74.529,21		74.529,21
		Outras contas a receber	12.792.909,83	(64.315,37)	12.728.594,46	19.163.647,31	(64.315,37)	19.099.331,94
		Diferimentos	48.380,51		48.380,51	15.773,99		15.773,99
		Caixa e depósitos bancários	505.454,81		505.454,81	10.783,72		10.783,72
		Outros activos financeiros	16.604,70	(14.110,71)	2.493,99	16.604,70		16.604,70
		Subtotais	13.716.010,74	(100.129,72)	13.615.881,02	19.303.042,57	(86.019,01)	19.217.023,56
	Instrumentos de capital próprio mensurados ao custo	...						
		...						
		Subtotais						
		Totais	13.716.010,74	(100.129,72)	13.615.881,02	19.303.042,57	(86.019,01)	19.217.023,56
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	...						
		...						
		Subtotais						
	Passivos financeiros mensurados ao custo	Fornecedores	2.090,64		2.090,64	3.384,40		3.384,40
		Estado	142.112,61		142.112,61	137.331,59		137.331,59
		Outras contas a pagar	5.507.272,13		5.507.272,13	652.191,27		652.191,27
		Clientes				37.452,69		37.452,69
		Financiamentos obtidos	9.887.143,64		9.887.143,64	8.687.505,98		8.687.505,98
		Diferimentos	668.417,00		668.417,00	685.855,03		685.855,03
		Subtotais	16.207.036,02		16.207.036,02	10.203.720,96		10.203.720,96
	Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade	...						
		...						
		Subtotais						
		Totais	16.207.036,02		16.207.036,02	10.203.720,96		10.203.720,96

Capital Próprio

Em 31 de Dezembro de 2011 o capital próprio da Enatur, apresentava a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

Discriminação	Período 2011	Período 2010 reexpresso
Capital	8.000.000,00	8.000.000,00
Reservas legais	122.497,18	53.914,73
Outras reservas	1.725.332,40	1.725.332,40
Resultados transitados	(3.745.126,67)	(4.637.867,26)
Ajustamentos em activos financeiros	0,00	0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis	(343.502,50)	0,00
Outras variações no capital próprio	67.527.423,53	69.201.080,54
Resultado líquido do período	1.126.192,77	1.371.648,95
Totais	**74.412.816,71**	**75.714.109,36**

Elementos de rendimentos, gastos, ganhos e perdas

17.3 - Ganhos líquidos e perdas líquidas reconhecidas de:

a) Ativos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados;

b) Passivos financeiros ao justo valor por contrapartida em resultados;

c) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade;

d) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No exercício de 2011 e 2010 verificaram-se os seguintes ganhos em ativos financeiros reconhecidos nos resultados na conta 762:

(valores expressos em euros)

Ganhos líquidos e perdas líquidas reconhecidas de activos e passivos financeiros			Período 2011			Período 2010		
			Ganhos	Perdas	Ganhos e (perdas) líquidas	Ganhos	Perdas	Ganhos e (perdas) líquidas
Activos financeiros	Mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	...						
		...						
		Subtotais						
	Mensurados ao custo menos imparidade	Reversão de imparidade de dívidas a receber				59.509,38		59.509,38
		...						
		Subtotais				59.509,38		59.509,38
Passivos financeiros	Mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	...						
		...						
		Subtotais						
	Mensurados ao custo	Reversão de imparidade de dívidas a pagar	2.419,32		2.419,32			
		...						
		Subtotais	2.419,32		2.419,32			
Totais			2.419,32		2.419,32	59.509,38		59.509,38

17.4 - Total de rendimento de juros e total de gasto de juros (calculado utilizando o método da taxa de juro efetiva) para ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

(valores expressos em euros)

Rendimentos e gastos de juros para activos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados		Período 2011			Período 2010		
		Rendimentos de juros	Gastos de juros	Diferença entre os rendimentos e os gastos de juros	Rendimentos de juros	Gastos de juros	Diferença entre os rendimentos e os gastos de juros
Activos financeiros	Depósitos bancários	75,95		75,95	6,97		6,97
	...						
Passivos financeiros	Financiamentos obtidos		469.387,33	(469.387,33)		268.363,70	(268.363,70)
	...						
Totais		75,95	469.387,33	(469.311,38)	6,97	268.363,70	(268.356,73)

17.5 - Quantia de perda por imparidade reconhecida para cada uma das classes de ativos financeiros.

(valores expressos em euros)

Quantias das perdas por imparidade reconhecidas para cada uma das classes de activos financeiros	31.12.2011			31.12.2010		
	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas
Clientes	21.703,64	(21.703,64)		21.703,64	(21.703,64)	
Outras contas a receber	9.112.962,53	(64.315,37)	9.048.647,16	19.163.647,31	(64.315,37)	19.099.331,94
...						
...						
...						
Totais	9.134.666,17	(86.019,01)	9.048.647,16	19.185.350,95	(86.019,01)	19.099.331,94

Instrumentos de capital próprio

17.6 - Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respectivos prazos de realização.

Em 31 de Dezembro de 2011, o capital da Enatur, totalmente subscrito e realizado, era representado por 1 600 000 acções com o valor nominal de cinco euros.

A identificação das pessoas colectivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Turismo de Portugal, IP 51,00%
- Grupo Pestana Pousadas - Investimentos Turísticos, S.A. 49,00%

Durante o exercício de 2011, foi celebrado um *Contrato de Compra e Venda de Acções* entre o Estado Português, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) e o Instituto do Turismo de Portugal, ip. Este contrato consistiu na venda das acções do capital social da ENATUR por parte da DGTF na percentagem de 20,23% ao TP, o qual passou a deter 51,00% das acções da sociedade, ficando acionista maioritário.

18 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

18.1 - Benefícios pós-emprego

A Enatur procedeu à extinção do Fundo de Pensões, com efeitos a 29 de Dezembro de 2011, transferindo a totalidade das respetivas unidades de participação para os beneficiários do Plano através da subscrição de contratos de Adesão Individual a um Fundo de Pensões Aberto.

19 -DIVULGAÇÕES EXIGIDAS PO DIPLOMAS LEGAIS

19.1 – Honorários de Auditoria e Revisão legal de contas:

Os honorários pagos durante o exercício de 2011 e de 2010 pelos serviços de revisão oficial das contas e auditoria externa foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Honorários facturados pelos serviços de Revisão Legal de contas e Auditoria externa	Período 2011			Período 2010		
	Honorários facturados	Efeitos das periodizações	Totais	Honorários facturados	Efeitos das periodizações	Totais
Revisão legal das contas	7.578,96		7.578,96	11.368,44		11.368,44
Serviços de auditoria externa	7.800,00		7.800,00	8.000,03		8.000,03
Consultoria fiscal						
Outros serviços						
Totais	15.378,96		15.378,96	19.368,47		19.368,47

20 - OUTRAS INFORMAÇÕES:

(Divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados).

a) Amortizações do exercício

No presente exercício, a empresa manteve a política de amortizações iniciada em 2005 por deliberação do Conselho de Administração, como a seguir se refere.

Por um lado, foi decidido pela Enatur, em acordo com o Grupo Pestana Pousadas, suspender as reintegrações da totalidade dos FFE'S bem como o reconhecimento dos subsídios associados.

Esta decisão fundamentou-se no contrato de cessão de exploração celebrado em 8 de Agosto de 2003 entre a Enatur e o Grupo Pestana Pousadas, uma vez que, no termo do mesmo, será concretizada a devolução à Enatur, dos FFE'S transferidos por esta para o Grupo Pestana Pousadas, tendo por base os inventários feitos a 31 de Agosto de 2003, actualizado com as ampliações e remodelações entretanto efectuadas.

Por outro lado, foi deliberado alterar as taxas de amortização dos edifícios, passando a ser aplicadas as taxas mínimas permitidas por legislação fiscal admitindo que as mesmas traduziam a vida útil estimada.

Na realidade, constata-se que não era uniforme a taxa de reintegração aplicada aos mesmos, porquanto alguns vinham a ser reintegrados às taxas máximas permitidas pelos diversos diplomas legais (consoante a sua antiguidade), e outros às taxas mínimas constantes dos mesmos diplomas.

Considera-se ainda o facto de a vida económica do bem nem sempre coincidir com a sua vida útil fiscal, o que se observa pela experiência acumulada na Enatur na exploração da sua actividade, a qual permite concluir, no caso dos edifícios, que estes mantêm a sua actividade muito para além da vida útil baseada em critérios fiscais.

Assim, a existência de taxas diferentes para situações idênticas, reclamou a necessidade de harmonizar a política de contabilização das amortizações, pelo que, foi decidido adoptar como base de cálculo a vida útil estimada, por se considerar que deste modo, a política de amortizações reflectirá mais aproximadamente o modelo de uso destes ativos.

Esta alteração não terá implicações fiscais, pois continua a ser praticado o método das quotas constantes, mas agora a uma vida útil remanescente maior, não ocorrendo qualquer revalorização ou desvalorização do activo.

No que respeita às unidades com contrato, o critério utilizado, foi o de repercutir o valor das amortizações até ao final do mesmo.

Contudo, no exercício de 2009, o Conselho de Administração decidiu abrir uma excepção, atribuindo um período limite de 40 anos para amortização das imobilizações nas Pousadas cujo contrato de concessão tenha duração superior.

De acordo com o parágrafo anterior, foram alterados naquele exercício, os anos de vida útil esperada, da Pousada de Nª. Sra. da Assunção, bem como do Palácio de Estói, cujo período de amortização teve o seu início em 2009.

b) Pousada Quinta da Ortiga

Através do Despacho nº 15774/2007, de 29/6,publicada no Diário da República em 23/7/2007, o Sr. Primeiro-Ministro autorizou a reversão dos vários prédios da Quinta da Ortiga a favor da Família Lobo de Vasconcellos.

Estão pendentes no Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, os pedidos de adjudicação dos prédios cuja reversão a favor da Família Lobo de Vasconcellos foi autorizada. Desta forma, é impossível, determinar qual a influência que a decisão que venha a ser tomada pelo Tribunal referido irá ter nas contas da Enatur, pelo que é entendimento da Administração que não se faça qualquer ajustamento porque competirá ao Estado a eventual recomposição do Capital Social e ressarcir a Enatur dos investimentos entretanto efectuados. A Quinta da Ortiga entrou para o capital da Enatur em 27/4/1990, com o valor de 723.990,18 Euros; reavaliações, investimentos e amortizações posteriores fazem com que actualmente o seu valor líquido contabilístico seja de 1.053.856,73 Euros.

No seguimento do acima referido, a Enatur encerrou as instalações da Pousada.

Face ao exposto, a Enatur celebrou um acordo com aquela entidade, de entrega provisória dos prédios acima referidos.

c) Contrato com a Frente Tejo, S.A.:

Foi assinado pela ENATUR – Empresa Nacional de Turismos, SA e pela FRENTE TEJO, SA, em 25 de Fevereiro de 2011, um Contrato de Concessão de Exploração do Imóvel do Domínio Público do Estado sob a Administração da FRENTE TEJO, SA, classificado como monumento nacional, que está localizado no quarteirão formado pela Rua do Ouro, Rua do Comércio, Rua do Arsenal e Rua Henriques Nogueira, em Lisboa.

A concessão acima referida tem por finalidade única a instalação e exploração no Imóvel, de um estabelecimento hoteleiro do tipo "Pousada", tal como classificado pelo art.º 11, nº 2, alínea c), do Decreto-Lei nº 39/2008, de 7 de Março, a integrar na Rede "Pousadas de Portugal".

A contrapartida pela concessão da gestão e exploração do Imóvel é uma taxa no montante de €4.782.900,00 que será paga em três prestações: €1.200.000,00, 60 dias após a data de assinatura do contrato, o que se verificou no presente exercício, €1.791.450,00 no prazo de 90 dias seguintes ao da emissão da licença de construção para a realização das obras e €1.791.450,00 no prazo de 90 dias seguintes à emissão da licença de utilização turística.

Para garantia do cumprimento do pagamento da contrapartida financeira acima referida, foi prestada uma caução no valor €3.582.900,00 correspondente ao montante das parcelas que se encontram em dívida.
Para garantia do cumprimento das restantes obrigações emergentes do contrato foi prestada outra caução de €75.000,00 pelo prazo do contrato.

d) Contratos de Suprimentos efetuados:

(i) Na sequência do contrato efetuado com a entidade Frente Tejo, S.A., a ENATUR demonstrou necessidades financeiras perante os acionistas. Para fazer face a esta necessidade, foi celebrado em junho de 2011, um Contrato de Suprimentos com o acionista *Instituto de Turismo de Portugal*, no montante de €1.195.375,00, totalmente realizado, sendo que este valor correspondia à percentagem de participação do Instituto no capital social da sociedade, ou seja, 30,77%.
Com a aquisição das ações da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (ver ponto 17.6), passou aquele acionista a deter 51,00% de unidades de participação no capital social da ENATUR. Na sequência desta aquisição, o Instituto de Turismo de Portugal prestará suprimentos na mesma proporção daquela percentagem, mais precisamente no montante de €785.910,00.

(ii) A par dos suprimentos a realizar pelos demais acionistas, a GPP associou-se à prestação de suprimentos à sociedade, que prestará através da conversão do crédito que lhe foi reconhecido pela mesma, o montante total de €1.903.588,00, relativo às obras de ampliação que tem vindo a realizar nos edifícios onde estão instaladas as pousadas. Deste valor, foi realizado em 2011 o montante de €477.598,00.
Esta medida concorre no sentido de reforçar a estrutura de capital da empresa, que assim ficará mais preparada para fazer face ao investimento que se propõe realizar na Pousada do Terreiro do Paço.

e) Investimentos efetuados pela Grupo Pestana Pousadas

A cessionária da exploração da rede de Pousadas da ENATUR tem vindo a realizar obras de ampliação nos edifícios onde estão instaladas os estabelecimentos hoteleiros que correspondem, na sua grande maioria, ao cumprimento da obrigação prevista na cláusula 15.1.3 do CCE, sem prejuízo de se ter concluído que a GPP efetuou um conjunto de investimentos excedentários, relativamente ao universo de quartos necessários para o cumprimento do designado Plano de Expansão Complementar.

Esta circunstância, voltou a suscitar o problema da imputação dos custos decorrentes da realização de investimentos de ampliação em pousadas existentes, que aliás tem acompanhado a execução do contrato de cessão de exploração das Pousadas praticamente desde o início da vigência do negócio, questão que viria a ser formalmente definida no clausulado do Aditamento ao CCE, assinado em 25 de Setembro de 2008.

Em síntese, a solução encontrada acabou por confirmar o entendimento de que as obras de ampliação que, por natureza, se integram nos imóveis onde são executadas, dos quais são incindíveis, incorporam-se nos imóveis onde estão instaladas as pousadas assim ampliadas, pelo que o proprietário do imóvel em causa passa a ser, também, "dono da ampliação".

Foi com base neste princípio que o Aditamento ao contrato de Cessão de Exploração veio fixar as regras então consensualizadas para a repartição deste tipo de encargos, tendo ficado consagrado o princípio nuclear de que as obras de ampliação são realizadas por acordo e que os respetivos encargos correm por conta da ENATUR ou da GPP, consoante o dono do imóvel seja uma entidade pública ou o Grupo Pestana.

Certificou-se a realização de investimentos de ampliação em imóveis que pertencem à ENATUR ou ao Estado no montante de €1.903.588,72, valor quer a Enatur reconheceu no seu passivo, em contrapartida do registo de um aumento do seu imobilizado de idêntico valor.

f) Inspecção tributária

No exercício de 2009 a Enatur foi alvo de uma exaustiva inspecção tributária aos anos de 2005 e 2006, a qual culminou com uma correcção ao resultado fiscal nos montantes de 194.788,48 Euros e 446.457,28 Euros, respectivamente.

Pelo facto de a Administração Fiscal ter procedido à correcção do lucro tributável dos exercícios acima referidos, não resultou qualquer imposto a pagar, situação que se deve ao facto de a Enatur

ter apurado prejuízos fiscais em exercícios anteriores, que foram deduzidos aos lucros tributáveis corrigidos, procedendo, desta forma, a Administração Fiscal à respectiva compensação.
A Enatur apresentou uma reclamação graciosa por não concordar com esta decisão. Esta reclamação porém, foi indeferida em 31/05/2010. A Enatur interpôs uma impugnação judicial em 16/06/2010 aguardando nesta altura a decisão do Tribunal.
Contudo, é convicção da Administração, que o desfecho seja favorável à Enatur, pelo que, não foi feito qualquer ajustamento às contas.

g) Garantias prestadas:

DISCRIMINAÇÃO	2011	2010
Garantias Bancárias prestadas:		
Turismo de Portugal, ip	96.670,74	217.989,81
Direcção Geral dos Impostos	143.262,60	143.262,60
Frente Tejo	3.582.900,00	0,00
Outras entidades	3.476,62	18.440,56
Sub-total (1)	3.826.309,96	379.692,97
Outras garantias:		
Frente Tejo	75.000,00	0,00
Sub-total (2)	75.000,00	0,00
Total	3.901.309,96	379.692,97

Para além do referido no quadro acima, a Enatur, S.A. assumiu responsabilidades por garantias prestadas aos Bancos como caução de contas de financiamento ou descoberto no valor de 8.590.000,00 euros.

h) Auditoria à qualidade do serviço nas Pousadas:

Na sequência da adjudicação, em 2010, à empresa SGS de um conjunto de auditorias, à qualidade do serviço prestado na sua Rede de Pousadas, foram efetuadas em 2011, 10 auditorias dando assim cumprimento a uma das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Cessão de Exploração.

i) Ampliação / Redução da Rede de Pousadas

(i) Em 2010, foi lançado o Concurso Limitado por Prévia Qualificação para a execução das obras de adaptação do edifico do antigo Sanatório dos Ferroviários, na Covilhã, onde irá funcionar a futura Pousada da Serra da Estrela, de acordo com um projecto que esteve a cargo do Gabinete do Arquitecto Eduardo Souto de Moura. O contrato de empreitada assim adjudicada, foi assinado em 21 de Janeiro de 2011.

Para complementar a cobertura financeira deste projecto no montante de 12,6 Milhões de Euros, atribuída no âmbito do POVT em 2009, a empresa beneficiou, também, em 2010, da concessão de um financiamento não reembolsável, no montante de 5,1 Milhões de Euros, concedido ao abrigo do Despacho Normativo nº 31/2009, de 20 de Agosto, que criou o Regime Especial de Financiamentos do Turismo de Portugal. Esta comparticipação financeira foi concedida através de um Despacho do Sr. Secretário de Estado do Turismo, em 19.07.2010.
Esta obra encontra-se a decorrer, estando a sua conclusão prevista para Novembro de 2012.

(ii) O ano de 2011 ficou também marcado pelo encerramento definitivo da Pousada de D. Dinis, em Vila Nova de Cerveira, na sequência de uma primeira fase em que o estabelecimento esteve encerrado com caracter provisório, para se promover a substituição da respetiva rede de águas. Sucede que a Câmara Municipal envolvida no licenciamento desta intervenção não se pronunciou nunca sobre a autorização da mesma, que fez depender de outras intervenções não planeadas no edifício, circunstância que gerou um impasse neste processo e que determinou o encerramento definitivo deste imóvel, em estreita articulação com a Direção Geral de Tesouro e Finanças, a respetiva proprietária.
Este assunto viria a ser decidido na reunião do Conselho de Administração da ENATUR de 22.02.2011, data em que se desencadeou o processo de devolução do edifício á DGTF, que considerou o edifício em causa restituído em 07.04.2011 e informou a ENATUR, simultaneamente, de que estavam em curso contactos com a Fundação da bienal de Arte de Cerveira visando a cedência do edifício à mesma, entidade que já havia demonstrado interesse na utilização deste edifício para fins culturais em data anterior.

j) Outras Informações

Em 24 de Fevereiro de 2010, foi celebrado o contrato de promessa de compra e venda da Pousada de Sta. Bárbara, tendo-se recebido o montante de 94.500 euros, a título de sinal. Face ao atraso na marcação da escritura, foi entregue no decurso de 2011 o montante de €472.500,00 para reforço do sinal, ficando ainda por receber o valor de €63.000,00, esperando vir a ser recebido durante o 1º semestre de 2012. Este atraso na concretização da escritura resulta do facto de se aguardar a publicação em Diário da Republica da classificação do imóvel como monumento de interesse público.

k) Discriminação da conta "Outros rendimentos e ganhos":

(valores expressos em euros)

Discriminação	Período 2011	Período 2010
Rendimentos suplementares	900,23	1.089,27
Correcções relativas a períodos anteriores	72.198,01	40.017,46
Excesso da estimativa para impostos		5,71
Subsídios para investimento	2.840.907,83	2.839.877,89
venda de cadernos de encargos	887,80	27.083,29
Regularização subsídios P.D.Dinis	99.845,78	
Outros não especificados	73,93	0,09
Totais	**3.014.813,58**	**2.908.073,71**

Lisboa, 26 de Abril de 2012

O Técnico Oficial de Contas	O Diretor Financeiro	O Conselho de Administração



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

EXERCÍCIO DE 2011

BDO

Tel: +351 217 990 420
Fax: +351 217 990 439
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores,

Relatório

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a atividade da ENATUR - Empresa Nacional de Turismo, SA, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos do Conselho de Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Parecer

Assim, somos de parecer:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Anexo, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011;

2º Que seja aprovada a Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 27 de abril de 2012

O FISCAL ÚNICO

Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC

BDO & Associados, SROC, Lda., Sociedade por quotas, Sede Av. da República, 50 - 10º, 1069-211 Lisboa, Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, NIPC 501 340 467, Capital 100 000 euros. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na OROC sob o número 29 e na CMVM sob o número 1122.

A BDO & Associados, SROC, Lda., sociedade por quotas registada em Portugal, é membro da BDO International Limited, sociedade inglesa limitada por garantia, e faz parte da rede internacional BDO de firmas independentes.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

EXERCÍCIO DE 2011

BDO

Tel: +351 217 990 420
Fax: +351 217 990 439
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução e responsabilidades

1. Examinámos as demonstrações financeiras da ENATUR - Empresa Nacional de Turismo, SA (adiante também designada por Enatur ou Empresa), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um ativo líquido de 115 492 424 euros e um capital próprio positivo de 74 412 817 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 1 126 193 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo, referente ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem, de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e dos fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

Âmbito

2. O nosso exame foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objetivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, por amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação da adequacidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras antes referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da ENATUR - Empresa Nacional de Turismo, SA, em 31 de dezembro de 2011 o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

BDO & Associados, SROC, Lda., Sociedade por quotas, Sede Av. da República, 50 - 10º, 1069-211 Lisboa, Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, NIPC 501 340 467, Capital 100 000 euros. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na OROC sob o número 29 e na CMVM sob o número 1122.

A BDO & Associados, SROC, Lda., sociedade por quotas registada em Portugal, é membro da BDO International Limited, sociedade inglesa limitada por garantia, e faz parte da rede internacional BDO de firmas independentes.

Relato sobre outros requisitos legais

4. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

5. Sem afetar a opinião expressa nos parágrafos 3 e 4 anteriores, chamamos a atenção para as seguintes situações:

5.1. A Enatur adotou o valor de custo como critério valorimétrico dos seus ativos fixos tangíveis, sendo que alguns destes ativos foram reavaliados em exercícios anteriores ao abrigo de diplomas legais. Como referido na Nota 8.6 do Anexo: "*Embora o Conselho de Administração esteja convicto da não existência de imparidades, a empresa vai adjudicar serviços a uma empresa especializada, no sentido de serem efetuadas avaliações das Pousadas que integram a Rede da ENATUR. Estes testes, fornecerão informação sobre a bondade do valor escriturado nas contas da empresa para cada imóvel que, no âmbito das avaliações em apreço, será comparado com o seu valor recuperável, conforme preconiza o Sistema de Normalização Contabilística.*"

5.2. Os ativos fixos tangíveis e respetivas amortizações respeitam, entre outros, a bens designados por "Furniture, Fixtures and Equipments "(FF&E) que foram transferidos para o Grupo Pestana Pousadas e que serão devolvidos à Enatur em boas condições no termo da cessão de exploração, pelo que a Enatur decidiu suspender as amortizações dos FF&E, bem como o reconhecimento dos subsídios associados, tendo apresentado à Autoridade Tributária um requerimento que aguarda deferimento.

5.3. Relativamente à reversão, autorizada em anos anteriores, dos vários prédios da Quinta da Ortiga, estão pendentes no Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, os pedidos de adjudicação dos prédios para os antigos proprietários. Conforme referido na Nota 20 b) do Anexo, a Enatur celebrou um acordo com os mesmos de entrega provisória dos referidos prédios, que representam um valor líquido contabilístico de 1 053 857 euros. Tendo presente que a propriedade destes prédios foi transferida para a Enatur em sede de realização de Capital pelo Estado, a Empresa considera que compete ao Estado ressarcir a Enatur dos prédios a transferir para os antigos proprietários, incluindo os investimentos entretanto realizados, pelo que ainda não efetuou o devido desreconhecimento contabilístico.

5.4. As demonstrações financeiras do exercício anterior foram examinadas por outro revisor que emitiu em 1 de abril de 2011 uma certificação com ênfases e com uma reserva respeitante à inventariação do equipamento básico e administrativo cujo impacto nas demonstrações financeiras do corrente exercício não se afigura materialmente relevante.

Lisboa, 27 de abril de 2012

Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados